

CONSOLIDAÇÃO ESTATÍSTICA DO TRT DA 14ª REGIÃO

2018

ANO-BASE
2017



Composição do Biênio 2017/2018

Presidente e Corregedor

Shikou Sadahiro

Vice-Presidente

Socorro Guimarães

Desembargadores do Trabalho

(ordem de antiguidade)

Socorro Guimarães

Maria Cesarineide de Souza Lima

Carlos Augusto Gomes Lobo

Vania Maria da Rocha Abensur

Ilson Alves Pequeno Junior

Francisco José Pinheiro Cruz

Shikou Sadahiro

Osmar João Barneze

Turmas Recursais

1ª Turma

Maria Cesarineide de Souza Lima (Presidente)

Francisco José Pinheiro Cruz (Membro)

Osmar João Barneze (Membro)

2ª Turma

Carlos Augusto Gomes Lobo (Presidente)

Vania Maria da Rocha Abensur (Membro)

Ilson Alves Pequeno Junior (Membro)

Juizes Titulares de Vara do Trabalho

(ordem de antiguidade)

Ana Maria Rosa dos Santos – Vara do Trabalho de Cacoal/RO

Afrânio Viana Gonçalves - 3ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO

Eduardo Antonio O'Donnell Galarça Lima - Vara do Trabalho de Sena Madureira/AC

Ana Carla dos Reis - Vara do Trabalho de Ouro Preto do Oeste/RO

Marlene Alves de Oliveira - 4ª Vara do Trabalho de Porto Velho/ RO

Luzinalia de Souza Moraes - 7ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO

Ricardo Cesar Lima de Carvalho Sousa - Vara do Trabalho de Jaru/RO

André Sousa Pereira - Vara do Trabalho de Vilhena/RO

Monica Harumi Ueda - Vara do Trabalho de Colorado d'Oeste/RO

Edson Carvalho Barros Junior - 4ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC

Fábio Lucas Telles de Menezes Andrade Sandim - 1ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC

Antonio Cesar Coelho de Medeiros Pereira - 8ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO

Consuelo Alves Vila Real - Vara do Trabalho de Pimenta Bueno/RO

José Roberto da Silva - 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO
Christiana Darc Damasceno Oliveira Andrade Sandim - Vara do Trabalho de Plácido de Castro/AC
Silmara Negrett - 1ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO
Cleide Aparecida Barbosa Santini - 2ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO
Vitor Leandro Yamada - 5ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO
Candida Maria Ferreira Xavier - 6ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO
Eudes Landes Rinaldi - Vara do Trabalho de Buritis/RO
Andrea Alexandra Barreto Ferreira - Vara do Trabalho de Machadinho d'Oeste/RO
Edilson Carlos de Souza Cortez - 2ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná/RO
Wadler Ferreira - Vara do Trabalho de São Miguel do Guaporé/RO
Daniel Gonçalves de Melo - 3ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC
Dorotheo Barbosa Neto - 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC
José Carlos Hadad de Lima - 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO
Carlos Antonio Chagas Junior - Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO
Celso Antonio Botão Carvalho Junior - Vara do Trabalho de Epietaciolândia/AC
Jamille Carvalho Ribeiro Pires Gonçalves - Vara do Trabalho de Cruzeiro do Sul/AC
José Roberto Coelho Mendes Junior - Vara do Trabalho de Rolim de Moura/RO
Soneane Raquel Dias Loura - Vara do Trabalho de Feijó/AC
Vago - 1ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná/RO

Juizes do Trabalho Substitutos

(ordem de antiguidade)

Cleverson Oliveira Alarcon Lima – 2ª Vara do Trabalho de Ariquemes/ RO
Renata Nunes de Melo – 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/ RO
Marcelo Tandler Paes Cordeiro – 7ª Vara do Trabalho de Porto Velho/ RO
Luiz José Alves dos Santos Junior – 1ª Vara do Trabalho de Porto Velho/ RO
Fernanda Antunes Marques Junqueira – Vara do Trabalho de Vilhena/ RO
Joana Maria Sá de Alencar – 4ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC
Renata Albuquerque Palcoski – 3ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC
Ana Célia Soares Ferreira – 3ª Vara do Trabalho de Porto Velho/ RO
Vicente Ângelo Silveira Rego – 1ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC
Tatiane David Luiz Faria – 7ª Vara do Trabalho de Porto Velho/ RO
Elisa Augusta de Souza Tavares – 8ª Vara do Trabalho de Porto Velho/ RO
Marcella Dias Araújo Freitas – 1ª Vara do Trabalho de Porto Velho/ RO
Ana Paula Santos Mendonça – 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC
Veridiana Ullmann de Campos – 3ª Vara do Trabalho de Porto Velho/ RO
Wagson Lindolfo José Filho – 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho/ RO
Carolina da Silva Carrilho Rosa – 6ª Vara do Trabalho de Porto Velho RO
Augusto Nascimento Carigé – 1ª Vara do Trabalho de Rio Branco/AC
Thiago Alberto de Sousa – 2ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná/ RO
Cleiton William Kraemer Poerner – 5ª Vara do Trabalho de Porto Velho RO
Heloísa Polizel de Oliveira – Vara do Trabalho de Cacoal/ RO
Fernando Sukeyosi – 5ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO
Everaldo dos Santos Nascimento Filho – 1ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná/ RO

Núcleo de Estatística, e-Gestão e Apoio ao Pje

Chefe do Núcleo:

Alessandra Felizardo de Sousa

Equipe:

Alysson Ricardo de Almeida Lopes

Felypp de Assis Oliveira

Jaqueline da Silva Ramos

Jhennifer Nalim Fernandes Ribeiro (Estagiária)

Sônia Maria Enes de Lima

Consolidação Estatística do
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região 2018
(ano-base 2017)

Sumário

Apresentação.....	6
Movimentação Processual no 1º Grau de Jurisdição.....	7
Fase de Conhecimento	7
Processos Julgados.....	8
Julgados em audiência.....	10
Solucionados por Conciliação.....	12
Movimentação Processual na Fase de Conhecimento por Vara do Trabalho.....	14
Prazos Médios na Fase de Conhecimento.....	15
Assuntos Recorrentes.....	17
Maiores Litigantes.....	18
Fase de Liquidação.....	20
Movimentação Processual na Fase de Liquidação por Vara do Trabalho.....	22
Prazo Médio na Fase de Liquidação.....	23
Fase de Execução.....	24
Movimentação Processual na Fase de Execução por Vara do Trabalho.....	26
Prazo Médio na Fase de Execução.....	27
Recursos Remetidos ao TRT.....	28
Valores pagos aos Reclamantes.....	30
Arrecadação.....	31
Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho - IGest.....	32
Movimentação Processual no 2º Grau de Jurisdição.....	35
Prazos Médios	36
Processos de Competência Exclusiva do Presidente	37
Processos de Competência Exclusiva do Corregedor.....	37
Prazo médio do Corregedor.....	38
Recorribilidade à Instância Superior.....	38
Recursos de Revista.....	38
Agravos de Instrumento em Recurso de Revista.....	39
Recursos Ordinários.....	39
Agravos de Instrumento em Recurso Ordinário.....	40
Arrecadação.....	40
Precatórios.....	41
Requisições de Pequeno Valor.....	42
Resultados das Metas do CNJ 2017.....	43
Resultados das Semanas de Conciliação e de Execução 2017	49
Semana Nacional da Conciliação Trabalhista – TST.....	49
Semana Nacional da Execução Trabalhista – TST.....	49
Semana Nacional da Conciliação – CNJ.....	50
Prêmio Conciliar é Legal – CNJ.....	51
Justiça em Números 2017 – ano-base 2016.....	52
Índice de Produtividade Comparada da Justiça - IPC-Jus.....	52
Selo Justiça em Números.....	53

Apresentação

O Núcleo de Estatística, e-Gestão e Apoio ao PJe do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região elaborou o presente relatório, adotando, para a análise da movimentação processual de 2017, critérios utilizados pelo Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça para a consolidação dos dados estatísticos anuais da Justiça do Trabalho.

Além dos dados processuais, que foram coletados a partir do Sistema de Gerenciamento de Informações Administrativas e Judiciárias – e-Gestão, neste relatório, encontra-se o desempenho do TRT14 nas Metas Nacionais do CNJ, nas Semanas de Conciliação e no Relatório Justiça em Números, referentes ao ano-base de 2017.

Além disso, no ano de 2017, o TRT da 14ª Região obteve destaque nacional quando foi agraciado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o Selo Justiça em Números, na categoria Ouro e com o Prêmio Conciliar é Legal, pelo maior índice de acordos na Justiça do Trabalho durante a XII Semana Nacional de Conciliação.

Do mesmo modo, o Tribunal destacou-se por possuir três Varas do Trabalho (1ª Vara de Ji-Paraná, Vara do Trabalho de Colorado do Oeste e Vara do Trabalho de Feijó) que figuraram entre as 50 varas trabalhistas do país com melhor desempenho, conforme critérios de celeridade e produtividade do Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST, instituído pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

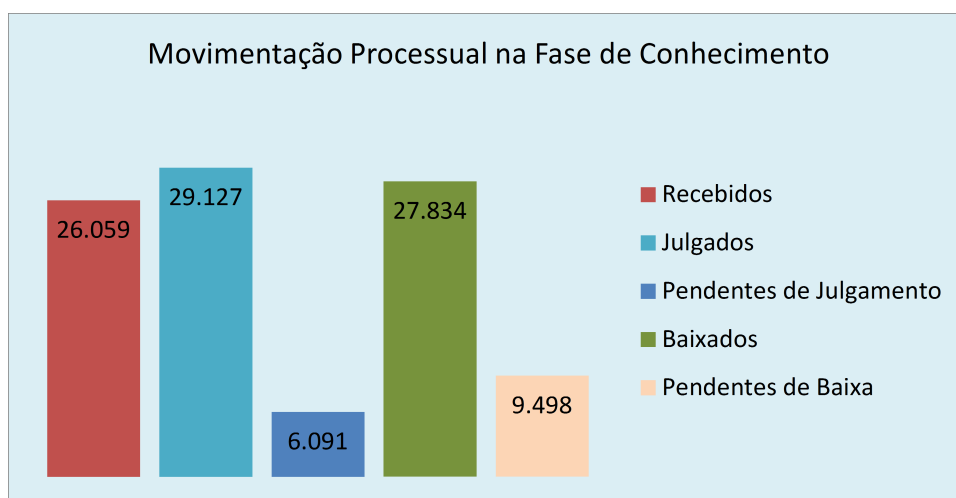
Por fim, este documento tem por objetivo dar conhecimento aos jurisdicionados, aos magistrados e servidores deste TRT da 14ª Região dos principais indicadores da prestação da atividade jurisdicional da Justiça do Trabalho nos Estados de Rondônia e Acre.

Movimentação Processual no 1º Grau de Jurisdição

Fase de Conhecimento

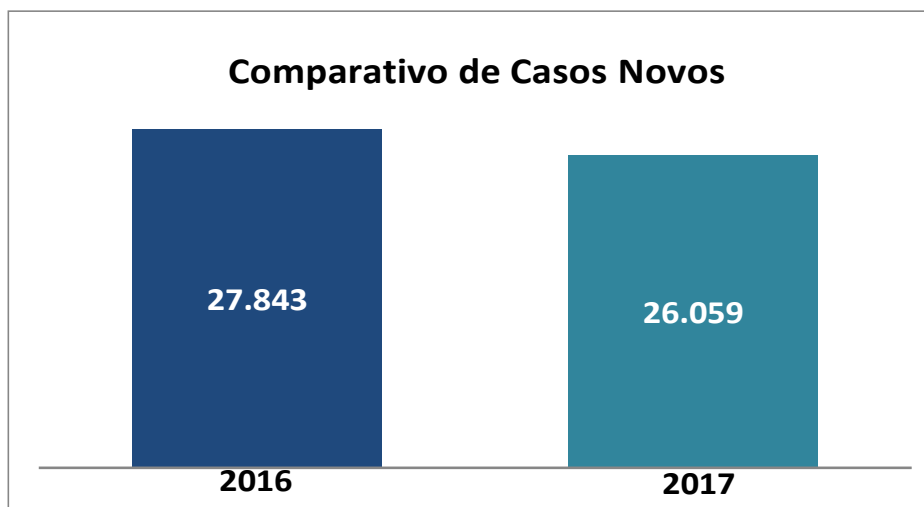
Processos Recebidos

No ano de 2017, foram recebidos pelas varas do trabalho do TRT 14ª Região 26.059 processos, sendo 25.708 casos novos e 351 recebidos com sentença anulada/reformada, e julgados 29.127 processos, restando 6.091 pendentes de julgamento, em 31/12/2017.



Extraído do sistema e-Gestão em 26/04/2018

Os casos novos no 1º grau em 2017, conforme quadro abaixo, apresentou decréscimo de 6,40% em relação ao ano de 2016.



Extraído do sistema e-Gestão em 26/04/2018

Processos Julgados

As varas do trabalho alcançaram percentual de julgamento de 118% de processos julgados em relação aos processos recebidos, reduzindo o estoque de processos pendentes de julgamento em relação ao ano anterior, quando havia 7.963 processos pendentes em 31/12/2016.



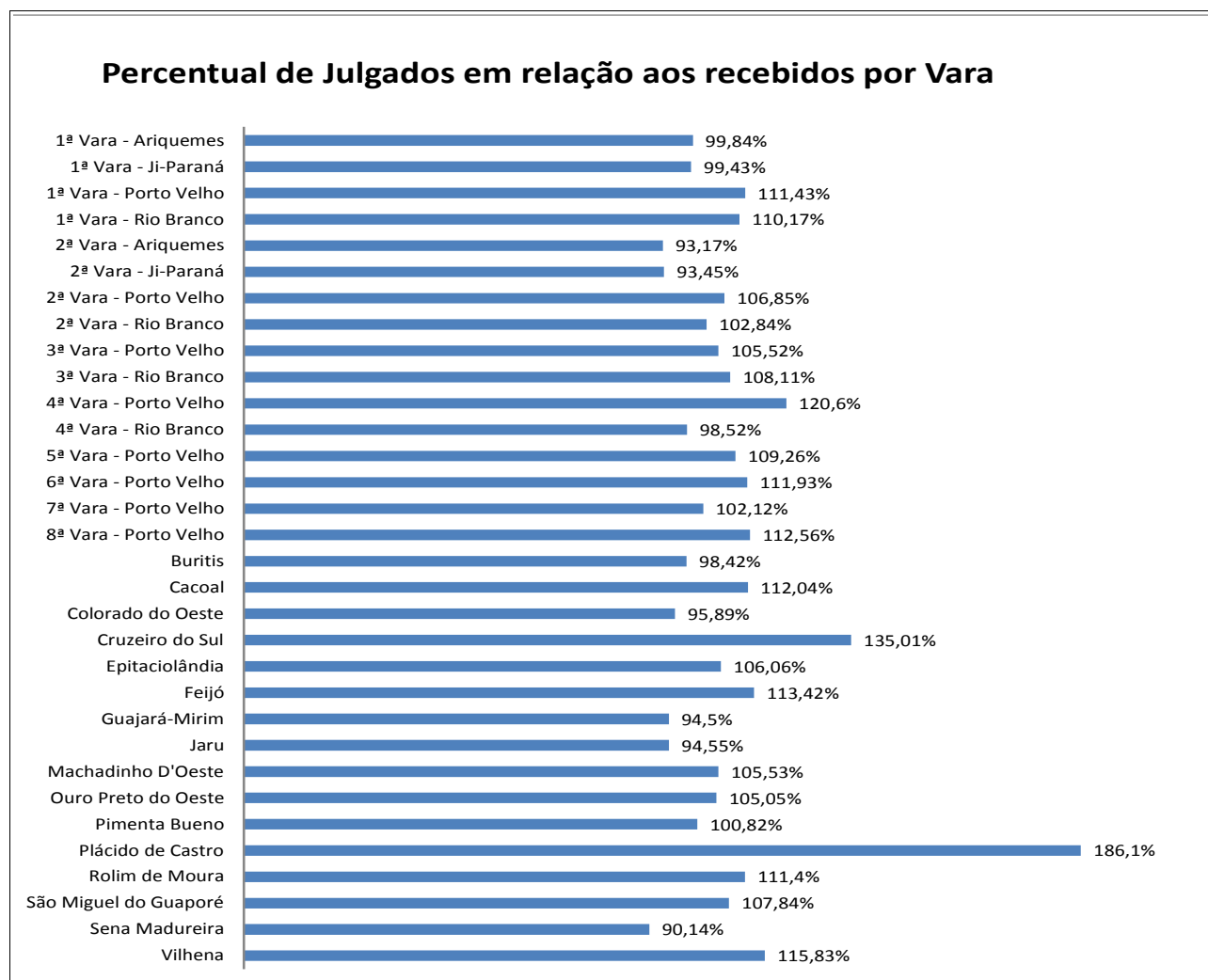
Extraído do sistema e-Gestão em 26/04/2018

No quadro acima, verifica-se que o ápice dos casos novos ocorreu no mês de junho/2017, quando foram recebidos 3.295 processos e o de julgamento no mês de novembro/2017 com 3.432 processos julgados.

Destaca-se, ainda, a queda significativa na quantidade de processos recebidos no mês de dezembro, quando foram ajuizadas apenas 755 reclamações trabalhistas.

A redução no número de casos novos recebidos no mês de dezembro coincide com a entrada em vigor da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) ocorrida em novembro.

Abaixo apresentam-se os percentuais de processos julgados em relação aos recebidos por Vara do Trabalho.



Extraído do sistema e-Gestão em 26/04/2018

A Vara do Trabalho de Plácido de Castro e a 1ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná obtiveram destaque nacional em relação à quantidade de processos julgados.

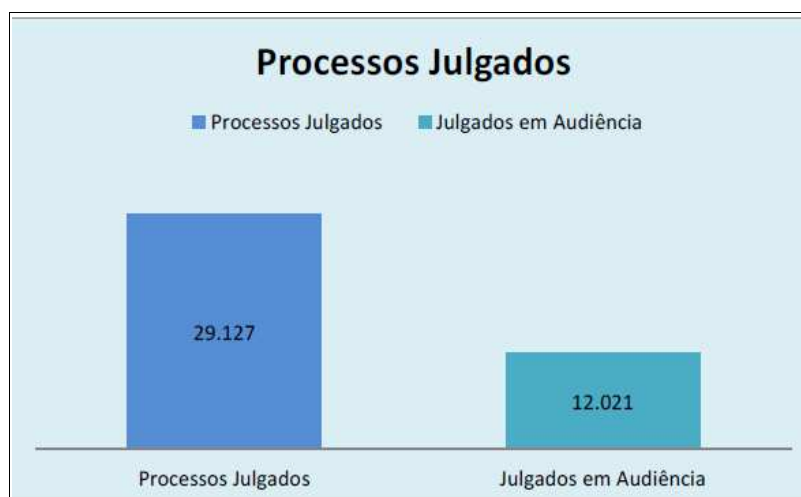
A vara acriana destacou-se por alcançar o 2º maior percentual de processos julgados em relação aos processos recebidos entre as varas trabalhistas do país, com 186,1%.

A vara rondoniense, por figurar entre as 10 varas trabalhistas que mais julgaram processos em 2017, com 2980 processos solucionados, conforme relatório do sistema e-Gestão.

Julgados em audiência

Destaca-se que, dos 29.127 processos julgados, 12.021 julgamentos foram em audiência.

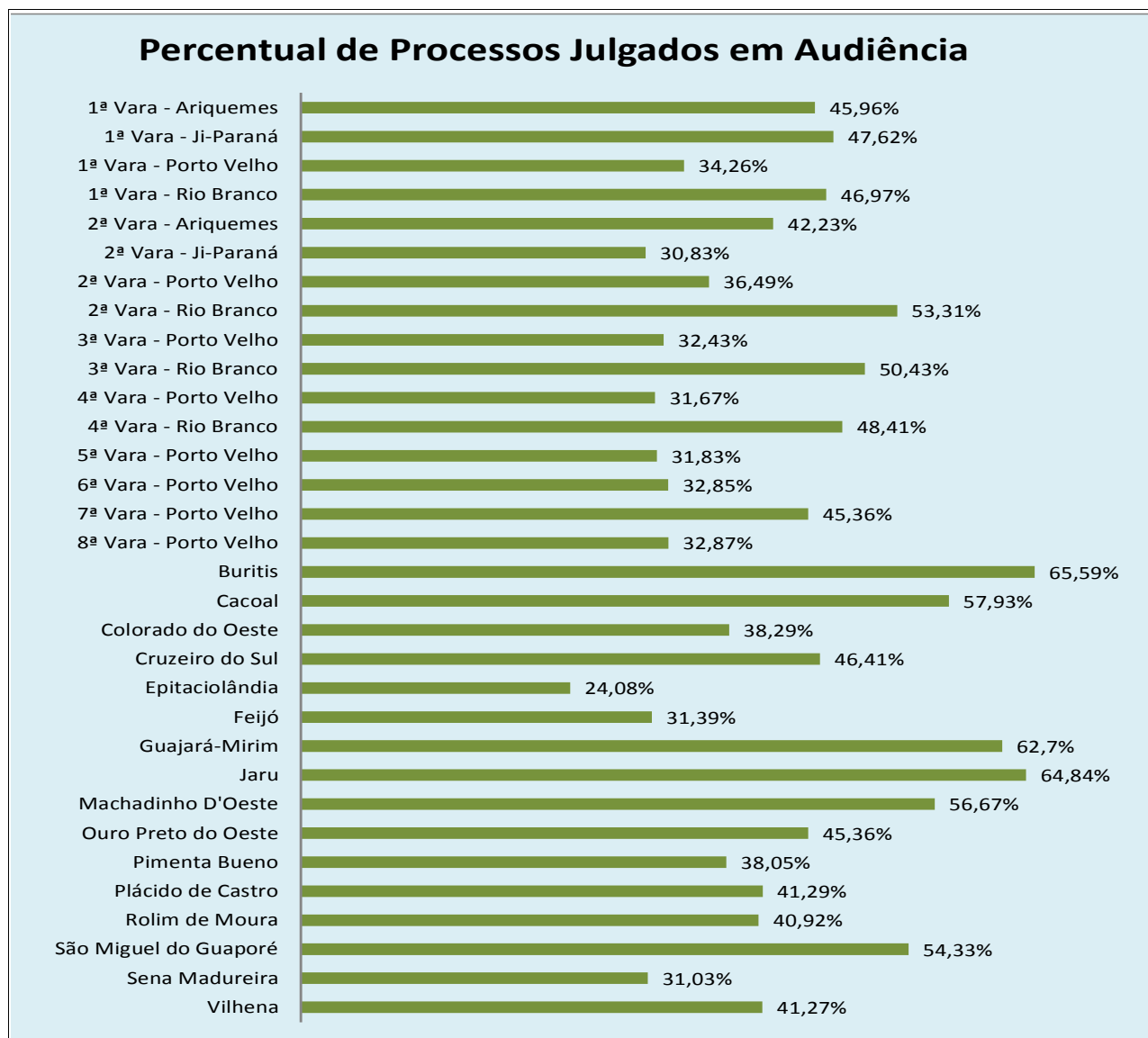
As varas do trabalho alcançaram a média de 41,03% dos processos julgados em audiência, impactando positivamente na celeridade processual.



Extraído do sistema e-Gestão em 26/04/2018

Houve redução dos processos julgados em audiência em relação ao ano anterior, porquanto a média obtida em 2016 foi de 46,4%.

No quadro abaixo, podem ser verificados os percentuais dos processos julgados em audiência nas varas do trabalho.



Extraído do sistema e-Gestão em 26/04/2018

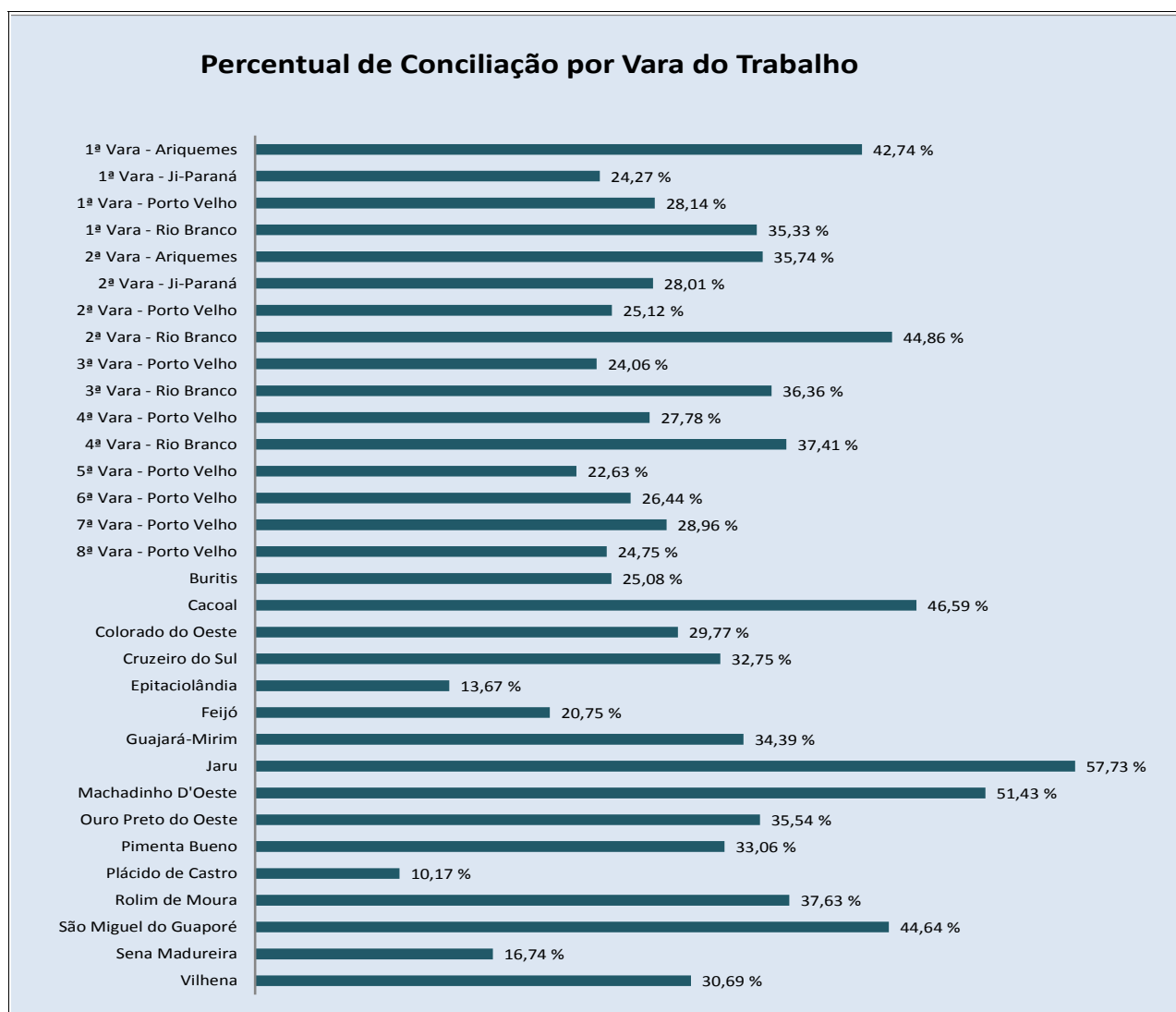
As Varas do Trabalho de Buritis (65,59%), Jaru (64,84%) e Guajará-Mirim (62,7%) apresentaram os maiores percentuais de processos solucionados em audiência.

Solucionados por Conciliação

Na fase de conhecimento, as varas do trabalho realizaram 8.472 conciliações, alcançando o percentual de 30,39% de processos solucionados por conciliação.

Houve decréscimo dos processos solucionados por conciliação em relação ao anterior, porquanto em 2016 o índice alcançado foi de 33,69%.

No quadro abaixo, foram relacionados os percentuais de conciliação por vara do Trabalho no ano de 2017.



Extraído do sistema e-Gestão em 26/04/2018

As Varas do Trabalho de Jaru (57,73%), Machadinho d'Oeste (51,43%) e Cacoal (46,59%) apresentaram os maiores índices de conciliação em 2017 na fase de conhecimento.

Processos Baixados

Foram baixados (arquivados ou remetidos à instância superior para apreciar recursos), ainda em 2017, um total de 27.834, restando pendentes de baixa 9.498 processos, em 31/12/2017.



Extraído do sistema e-Gestão em 26/04/2018

O índice de atendimento à demanda (percentual de processos baixados em relação aos processos recebidos) alcançado pelas varas do trabalho foi de 107%, reduzindo-se o estoque de processos pendentes de baixa em relação ao ano anterior, quando havia 11.201 processos pendentes em 31/12/2016.

Movimentação Processual na Fase de Conhecimento por Vara do Trabalho

Apresenta-se, na sequência, a movimentação processual, em 2017, das varas do trabalho do Regional.

Descrição da Vara	Recebidos			Solucionados		Baixados	Pendentes de Baixa em 31/12/17	
	Casos Novos	Recebidos com sentença anulada/reformada	Total	Conciliados	Total		Destaque: Pendentes de Solução	Total
1ª Vara - Ariquemes	606	2	608	253	607	559	82	152
2ª Vara - Ariquemes	612	3	615	203	573	563	126	185
Buritis	316	-	316	78	311	296	13	52
Cacoal	886	3	889	464	996	996	394	518
Colorado do Oeste	365	-	365	103	350	354	32	58
Cruzeiro do Sul	555	2	557	245	752	783	77	145
Epitaciolândia	462	-	462	67	490	492	75	137
Feijó	514	-	514	121	583	582	55	97
Guajará-Mirim	391	9	400	130	378	384	78	95
Jaru	378	7	385	209	364	347	59	91
1ª Vara - Ji-Paraná	2814	183	2997	669	2980	2707	187	330
2ª Vara - Ji-Paraná	2970	39	3009	772	2812	2233	285	913
Machadinho D'Oeste	199	-	199	108	210	207	13	24
Ouro Preto do Oeste	273	4	277	102	291	304	33	114
Pimenta Bueno	606	4	610	203	615	561	83	205
Plácido de Castro	259	-	259	49	482	682	33	57
1ª Vara - Porto Velho	1023	9	1032	300	1150	1049	383	468
2ª Vara - Porto Velho	1000	8	1008	256	1077	995	356	490
3ª Vara - Porto Velho	1077	10	1087	242	1147	1013	345	427
4ª Vara - Porto Velho	1018	11	1029	317	1241	1165	264	375
5ª Vara - Porto Velho	1049	9	1058	236	1156	1082	332	480
6ª Vara - Porto Velho	1036	3	1039	289	1163	1107	319	426
7ª Vara - Porto Velho	983	8	991	278	1012	960	205	283
8ª Vara - Porto Velho	1023	4	1027	268	1156	1086	444	537
1ª Vara - Rio Branco	1031	1	1032	390	1137	1280	317	621
2ª Vara - Rio Branco	1056	-	1056	458	1086	1076	212	427
3ª Vara - Rio Branco	1070	3	1073	404	1160	1106	290	443
4ª Vara - Rio Branco	1081	3	1084	373	1068	1048	313	459
Rolim de Moura	807	9	816	333	909	900	246	330
São Miguel do Guaporé	267	1	268	129	289	300	19	28
Sena Madureira	496	1	497	75	448	476	135	161
Vilhena	964	15	979	348	1134	1141	286	370

Extraído do sistema e-Gestão em 26/04/2018

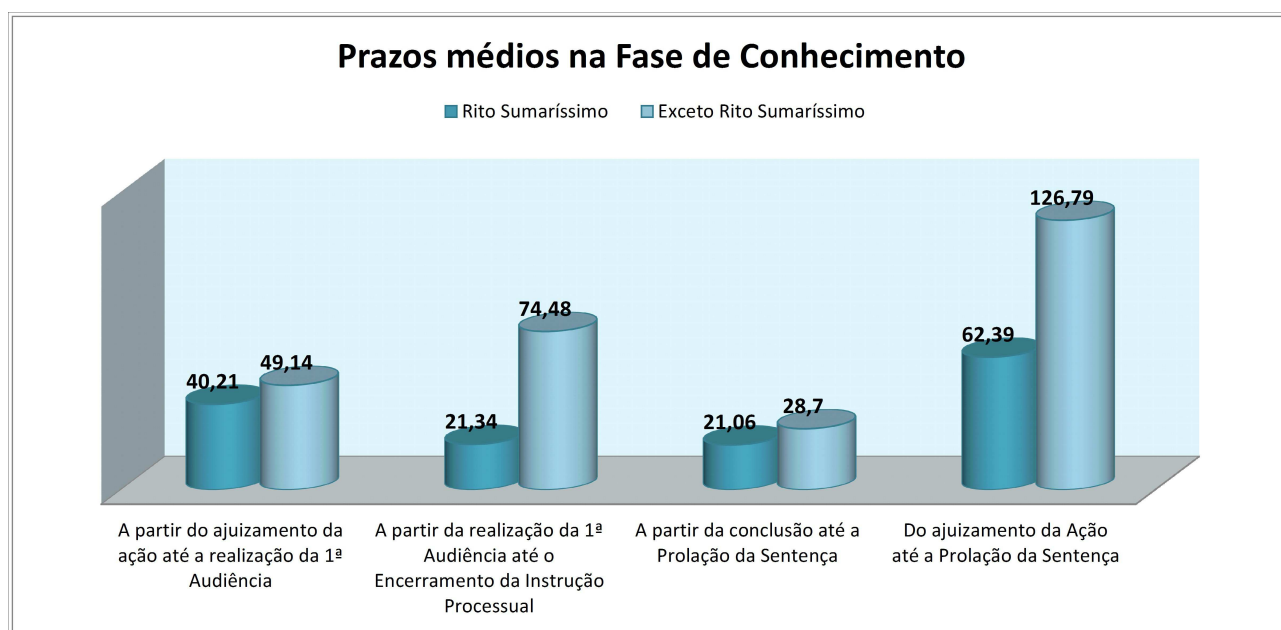
Prazos Médios na Fase de Conhecimento

Em 2017, o prazo médio para a realização da 1ª audiência nas varas do trabalho foi de 46,85 dias. Da realização da 1ª audiência até o encerramento da instrução processual, o lapso temporal foi, em média, de 61,20 dias.

Os magistrados levaram, em média, 27,20 dias para julgamento dos processos, a partir do encerramento da instrução processual.

O prazo do ajuizamento da ação até a prolação da sentença foi, em média, de 110 dias.

O quadro abaixo apresenta, separadamente, os prazos médios considerando os processos ajuizados sob o rito sumaríssimo e nos demais processos.



Extraído do sistema e-Gestão em 08/05/2018

Houve aumento de 16,34 dias no prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença em relação ao ano anterior, quando o prazo obtido em 2016 fora de 93,66 dias

O prazo médio nacional da Justiça do Trabalho considerando o ajuizamento da ação até a prolação da sentença foi de 121 dias para os processos sob o rito sumaríssimo e de 274 dias para os demais processos, conforme dados disponibilizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST na ¹Movimentação Processual das varas do trabalho 2017.

¹ <http://www.tst.jus.br/web/estatistica/vt/movimentacao-processual>

Consolidação Estatística 2018 – ano-base 2017 – TRT 14ª Região

Abaixo, são apresentados os prazos médios na Fase de Conhecimento por vara do trabalho.

Vara do Trabalho	Prazos Médios das Etapas da Fase de Conhecimento (dias)			
	A partir do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência	A partir da realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução Processual	A partir da conclusão até a Prolação da Sentença	Do Ajuizamento da Ação até a Prolação da Sentença
1ª Vara - Ariquemes	21	38	18	57
2ª Vara - Ariquemes	26	39	8	55
Buritis	21	3	4	25
Cacoal	32	134	37	171
Colorado do Oeste	26	17	0	38
Cruzeiro do Sul	64	48	41	142
Epitaciolândia	58	24	18	88
Feijó	53	9	14	71
Guajará-Mirim	38	44	4	68
Jaru	45	41	10	81
1ª Vara - Ji-Paraná	29	41	5	61
2ª Vara - Ji-Paraná	47	41	31	101
Machadinho D'Oeste	19	24	17	46
Ouro Preto do Oeste	28	29	10	61
Pimenta Bueno	36	33	9	73
Plácido de Castro	52	27	47	100
1ª Vara - Porto Velho	62	111	32	155
2ª Vara - Porto Velho	69	75	32	150
3ª Vara - Porto Velho	72	56	32	120
4ª Vara - Porto Velho	47	88	22	136
5ª Vara - Porto Velho	50	69	48	133
6ª Vara - Porto Velho	67	82	53	163
7ª Vara - Porto Velho	39	47	30	87
8ª Vara - Porto Velho	64	103	65	179
1ª Vara - Rio Branco	32	105	56	144
2ª Vara - Rio Branco	32	58	11	84
3ª Vara - Rio Branco	47	54	23	108
4ª Vara - Rio Branco	42	58	23	96
Rolim de Moura	42	104	12	131
São Miguel do Guaporé	29	26	1	52
Sena Madureira	50	18	45	94
Vilhena	89	80	6	145

Extraído do sistema e-Gestão em 08/05/2018

Assuntos Recorrentes

Os 20 assuntos mais recorrentes nos casos novos, conforme quadro abaixo, no ano de 2017, foram:

Ranking	Assuntos nos Casos Novos por Distribuição	
	Descrição	%
1º	Multa do Artigo 477 da CLT	4
2º	Multa de 40% do FGTS	3,76
3º	Multa do Artigo 467 da CLT	3,73
4º	Aviso Prévio	3,56
5º	Férias Proporcionais	3,37
6º	Décimo Terceiro Salário Proporcional	3,2
7º	Indenização por Dano Moral	2,48
8º	Saldo de Salário	2,18
9º	Adicional de Horas Extras	2,17
10º	Anotação / Baixa / Retificação	2,12
11º	Indenização / Dobra / Terço Constitucional	2,07
12º	Devolução / Entrega de Objetos / Documentos	2,07
13º	Reflexos	2,04
14º	Substituto Processual	2,03
15º	Salário / Diferença Salarial	1,77
16º	Verbas Rescisórias	1,72
17º	FGTS	1,7
18º	Piso Salarial da Categoria / Salário Mínimo Profissional	1,67
19º	Multa Prevista em Norma Coletiva	1,63
20º	Norma Coletiva - Aplicabilidade / Cumprimento	1,59

Extraído do sistema e-Gestão em 28/05/2018

Os assuntos mais recorrentes nas reclamações trabalhistas ajuizadas em 2017 foram decorrentes de demandas acerca das verbas rescisórias e diferenças salariais não pagas.

Ressalta-se, ainda, figurarem entre os assuntos mais recorrentes demandas ligadas ao direito coletivo e sindical, tais como a substituição processual e a aplicação das normas coletivas.

Maiores Litigantes

Apresenta-se, na sequência, o *ranking* dos Maiores Litigantes no Tribunal, tendo como data-base 31/12/2017, com seus respectivos percentuais de processos com relação ao total de 3.178 processos pendentes naquela data.

Ordem	Razão Social	Percentual
1º	 JBS S/A	33,48%
2º	 SINTRA-INTRA/RO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS DO ESTADO DE RONDÔNIA	28,67%
3º	 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A	8,81%
4º	 CONSÓRCIO SANTO ANTÔNIO CIVIL	5,25%
5º	 CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S/A	5,25%

6º	 ENESA ENGENHARIA LTDA.	4,56%
7º	 BANCO BRADESCO S.A	4,00%
8º	 ESTADO DO ACRE	3,68%
9º	 MUNICÍPIO DE SENA MADUREIRA	3,21%
10º	 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	3,08%

A identificação dos maiores litigantes é decorrente da Estratégia do Poder Judiciário estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no sentido de reduzir a quantidade de processos pendentes de julgamento referentes a demandas e recursos repetitivos.

A priorização do julgamento dos maiores litigantes é meta instituída em âmbito nacional pelo CNJ para cumprimento por todos os segmentos do Poder Judiciário.

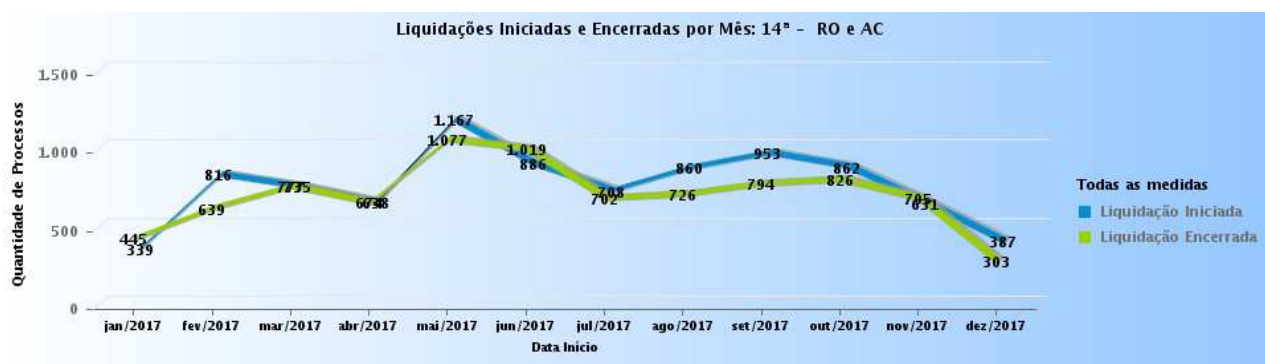
Fase de Liquidação

No ano de 2017, foram iniciadas 8.982 liquidações nas varas do trabalho do TRT da 14ª Região, sendo encerradas 8.687, restando, em 31/12/2017, 2.504 processos pendentes de liquidação.



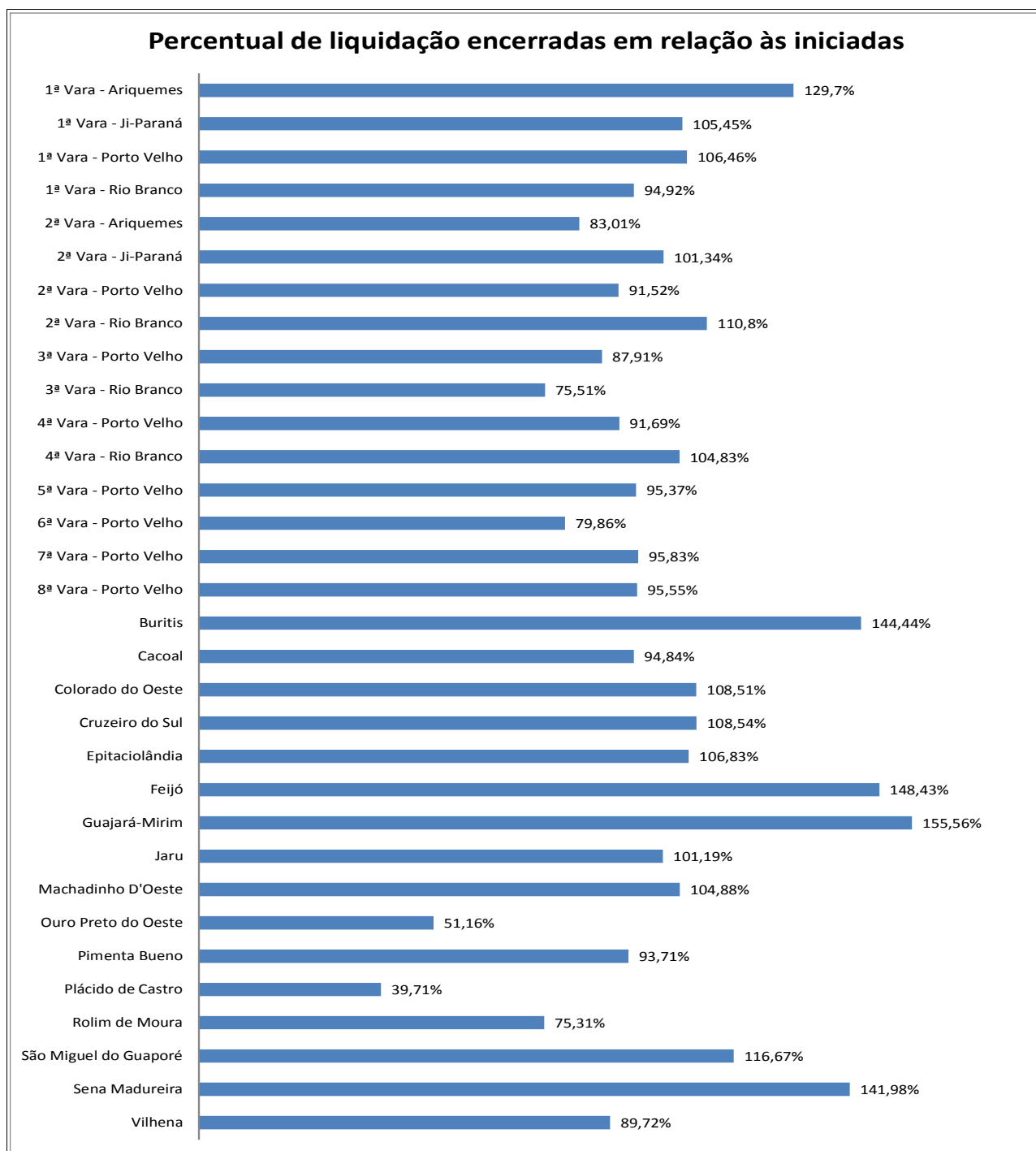
Extraído do sistema e-Gestão em 08/05/2018

No quadro abaixo, demonstra-se a evolução mensal das liquidações iniciadas e encerradas no ano de 2017.



Extraído do sistema e-Gestão em 08/05/2018

No quadro a seguir, são apresentados os percentuais de liquidação encerradas sobre as iniciadas nas varas do trabalho.



Extraído do sistema e-Gestão em 08/05/2018

Movimentação Processual na Fase de Liquidação por Vara do Trabalho

Na tabela a seguir, é apresentada a movimentação processual, em 2017, das varas do trabalho na fase de liquidação.

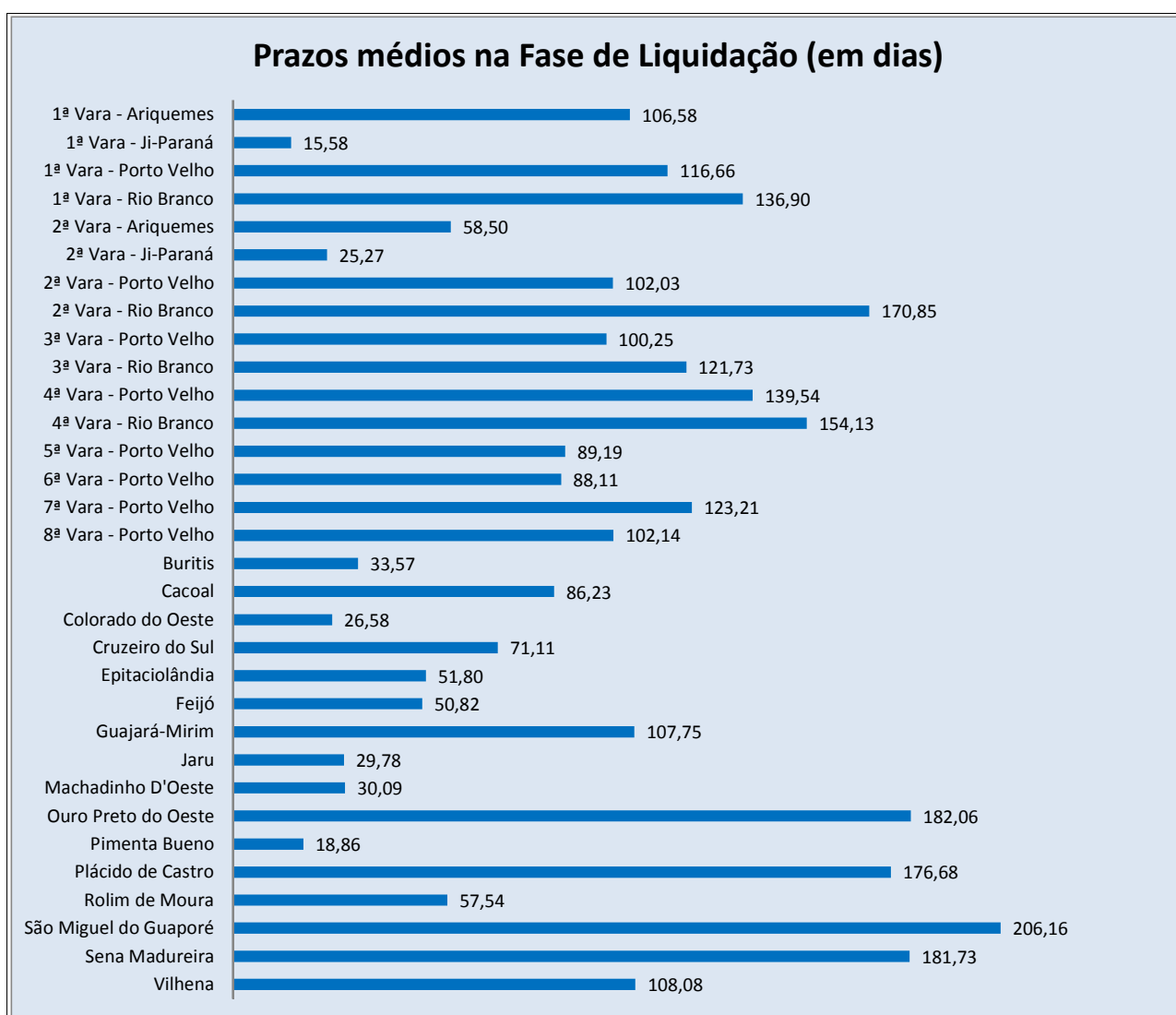
Vara do Trabalho	Liquidações Iniciadas	Recebidos de outros órgãos para Liquidação	Desarquivadas para prosseguimento da liquidação	Encerradas	Remetidos a outros órgãos para Liquidação	Pendentes de Liquidação		
						Pendentes de Sentença	Saldo no Arquivo Provisório	Total
1ª Vara - Ariquemes	101	0	1	131	1	23	0	23
2ª Vara - Ariquemes	153	1	3	127	0	10	1	11
Burititis	36	0	0	52	0	7	0	7
Cacoal	368	0	7	349	0	140	1	141
Colorado do Oeste	94	0	0	102	0	1	3	4
Cruzeiro do Sul	164	0	0	178	0	15	0	15
Epitaciolândia	205	0	0	219	0	31	0	31
Feijó	479	0	0	711	0	25	0	25
Guajará-Mirim	27	0	1	42	0	1	1	2
Jaru	84	0	0	85	0	19	0	19
1ª Vara - Ji-Paraná	605	0	0	638	0	18	1	19
2ª Vara - Ji-Paraná	449	0	8	455	0	17	0	17
Machadinho D'Oeste	82	0	2	86	0	10	0	10
Ouro Preto do Oeste	43	0	1	22	0	12	3	15
Pimenta Bueno	175	0	2	164	0	15	1	16
Plácido de Castro	491	0	0	195	0	371	0	371
1ª Vara - Porto Velho	325	1	4	346	0	112	0	112
2ª Vara - Porto Velho	460	1	8	421	1	160	3	163
3ª Vara - Porto Velho	430	0	4	378	0	149	0	149
4ª Vara - Porto Velho	409	0	1	375	1	173	8	181
5ª Vara - Porto Velho	410	1	1	391	0	127	3	130
6ª Vara - Porto Velho	427	0	4	341	1	140	2	142
7ª Vara - Porto Velho	288	0	3	276	2	122	0	122
8ª Vara - Porto Velho	449	3	1	429	1	148	1	149
1ª Vara - Rio Branco	315	0	1	299	0	89	27	116
2ª Vara - Rio Branco	250	0	2	277	0	113	4	117
3ª Vara - Rio Branco	294	0	3	222	0	157	1	158
4ª Vara - Rio Branco	269	0	4	282	0	91	31	122
Rolim de Moura	239	0	4	180	0	60	4	64
São Miguel do Guaporé	54	0	0	63	0	2	0	2
Sena Madureira	243	0	0	345	0	68	0	68
Vilhena	564	0	3	506	0	78	6	84

Extraído do sistema e-Gestão em 08/05/2018

Prazo Médio na Fase de Liquidação

O prazo médio do início ao encerramento da liquidação, no ano de 2017, nas varas do trabalho foi, em média, 92 dias.

Na sequência, estão elencados os prazos médios na Fase de Liquidação por vara do trabalho.

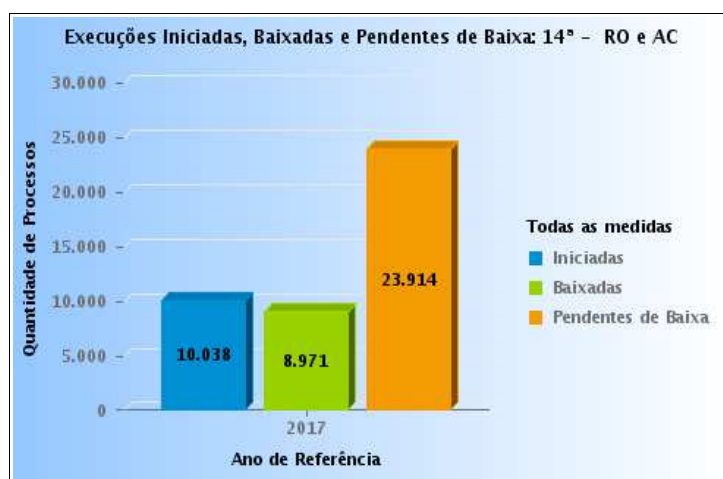


Extraído do sistema e-Gestão em 23/05/2018

Houve uma redução de 9,23 dias no prazo médio do início ao encerramento da liquidação, em relação ao ano anterior, quando o prazo obtido em 2016 fora de 101,23 dias.

Fase de Execução

No ano de 2017, foram iniciadas 10.038 execuções nas varas do trabalho do TRT da 14ª Região, baixadas 8.971, restando 23.914 processos em execução pendentes de baixa, em 31/12/2017.



Extraído do sistema e-Gestão em 08/05/2018

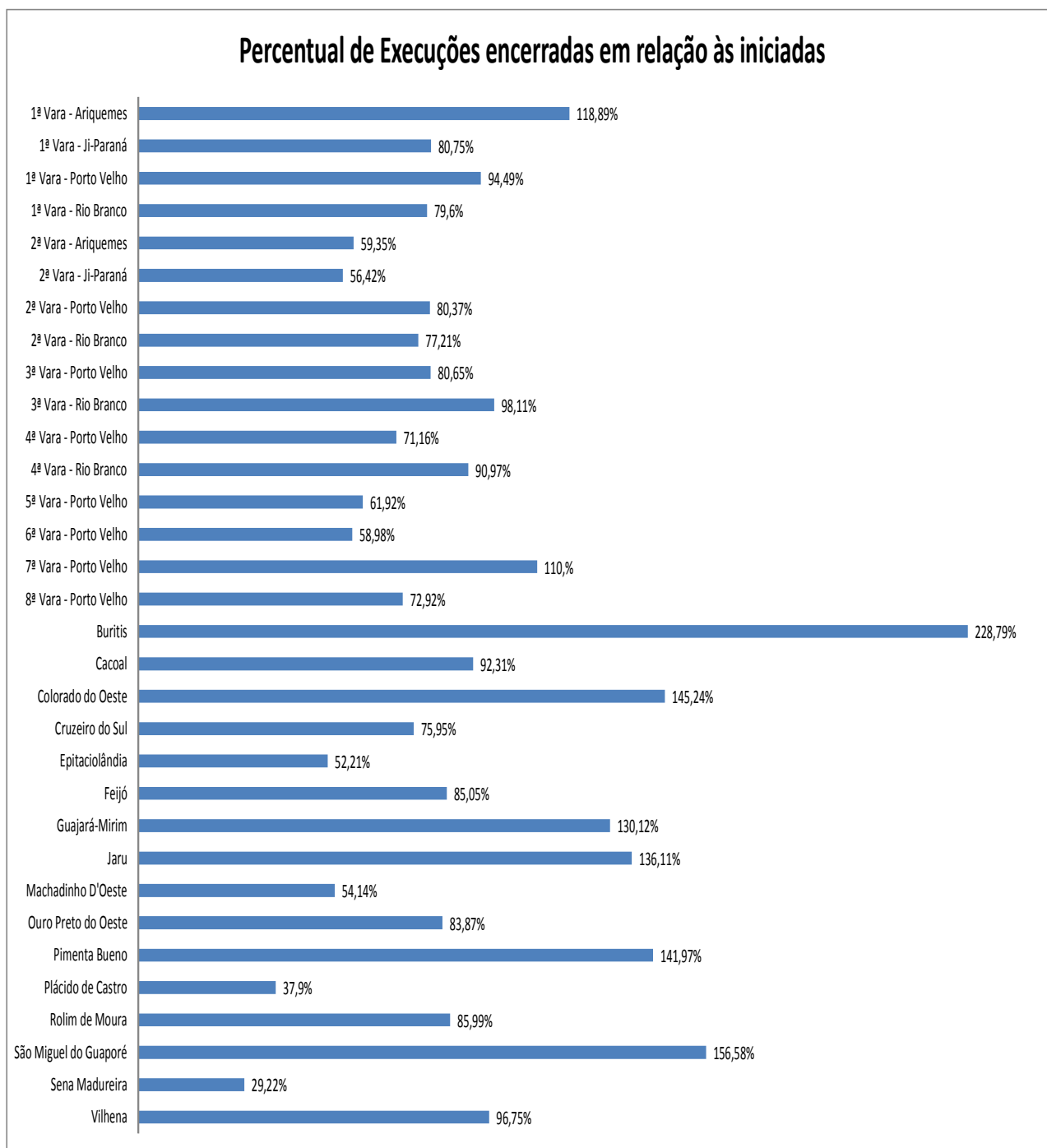
No quadro abaixo, demonstra-se a evolução mensal das execuções iniciadas e encerradas no ano de 2017.



Extraído do sistema e-Gestão em 08/05/2018

Destaca-se o mês de maio com maior quantidade de execuções iniciadas e agosto com o maior número de execuções encerradas no Regional.

Apresenta-se, abaixo, o percentual de execuções encerradas em relação às iniciadas por vara do trabalho.



Extraído do sistema e-Gestão em 23/05/2018

Movimentação Processual na Fase de Execução por Vara do Trabalho

Na tabela a seguir, é apresentada a movimentação processual, em 2017, das varas do trabalho na fase de execução.

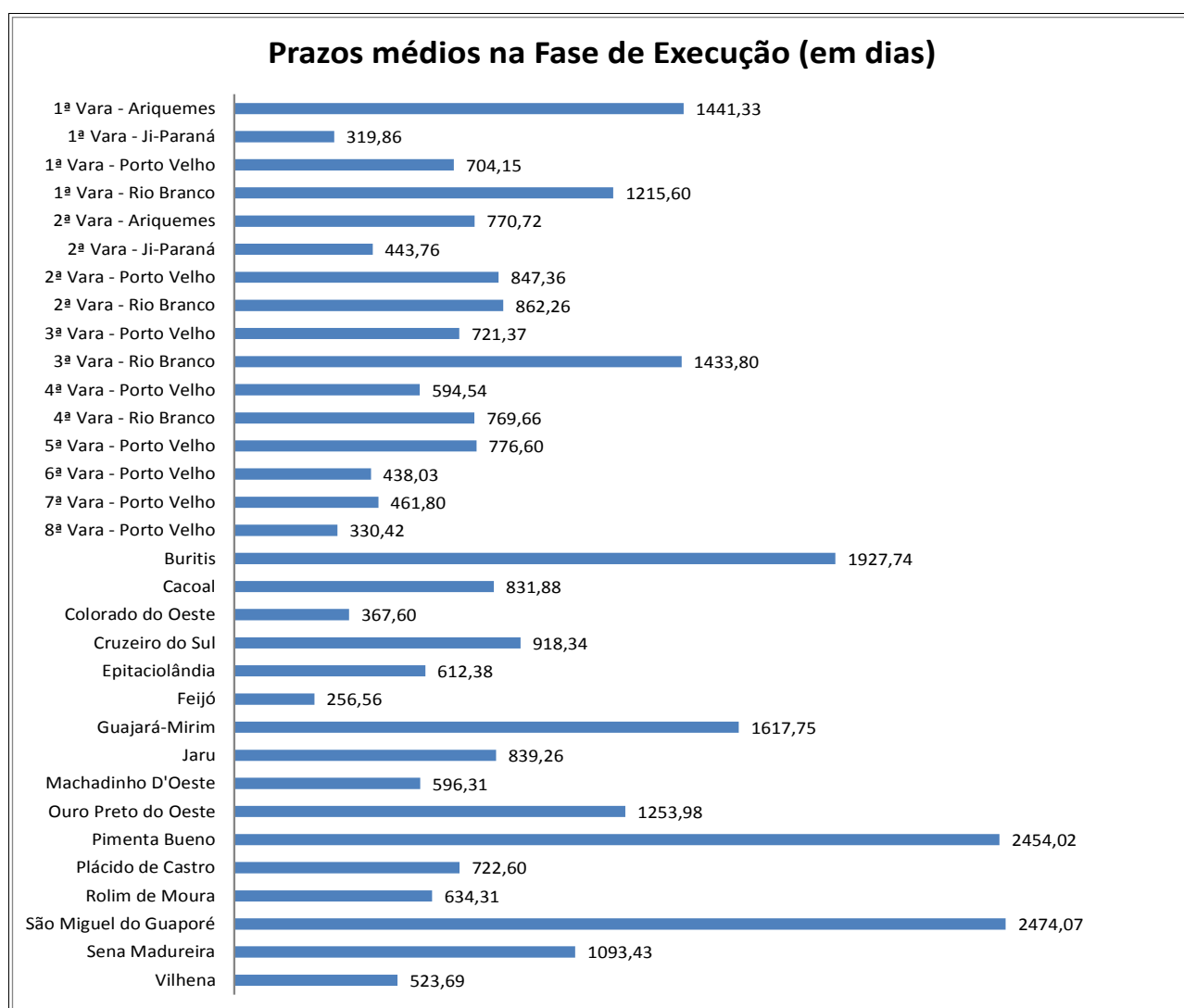
Descrição da Vara	Iniciadas	Desarquivadas	Recebidas de Outras Órgãos	Encerradas	Remetidas a Outros Órgãos	Resíduo			Pendentes de Baixa
						Pendentes de Execução	Saldo em Arquivo Provisório	Total	
Ariquemes - 01a Vara	217	8	0	258	0	595	140	735	726
Ariquemes - 02a Vara	214	30	0	127	0	372	64	436	440
Buritís - 01a Vara	66	13	0	151	0	140	22	162	177
Cacoal - 01a Vara	351	48	0	324	0	641	417	1058	1101
Colorado do Oeste - 01a Vara	168	34	0	244	0	159	149	308	303
Cruzeiro do Sul - 01a Vara	237	22	0	180	0	299	317	616	585
Epitaciolândia - 01a Vara	226	47	0	118	1	517	194	711	693
Feijó - 01a Vara	582	16	0	495	0	487	42	529	548
Guajará-Mirim - 01a Vara	83	24	0	108	0	199	37	236	236
Jaru - 01a Vara	72	26	0	98	0	164	66	230	224
Ji-Paraná - 01a Vara	722	27	2	583	0	644	117	761	774
Ji-Paraná - 02a Vara	436	7	0	246	2	663	178	841	801
Machadinho D'Oeste - 01a Vara	181	12	0	98	0	278	22	300	312
Ouro Preto do Oeste - 01a Vara	62	12	0	52	0	435	156	591	608
Pimenta Bueno - 01a Vara	193	65	0	274	0	469	157	626	638
Plácido de Castro - 01a Vara	219	4	0	83	1	470	1	471	492
Porto Velho - 01a Vara	363	27	2	343	5	591	52	643	625
Porto Velho - 02a Vara	428	74	6	344	9	652	366	1018	809
Porto Velho - 03a Vara	372	118	2	300	3	536	461	997	951
Porto Velho - 04a Vara	475	51	4	338	4	750	296	1046	999
Porto Velho - 05a Vara	478	22	33	296	28	984	229	1213	1187
Porto Velho - 06a Vara	412	112	3	243	4	449	272	721	652
Porto Velho - 07a Vara	360	40	2	396	1	407	93	500	505
Porto Velho - 08a Vara	506	125	18	369	15	490	464	954	902
Rio Branco - 01a Vara	299	43	1	238	2	1178	489	1667	1694
Rio Branco - 02a Vara	430	35	2	332	0	1155	229	1384	1385
Rio Branco - 03a Vara	318	19	1	312	1	1037	366	1403	1352
Rio Branco - 04a Vara	421	166	0	383	0	702	698	1400	1347
Rolim de Moura - 01a Vara	157	61	0	135	0	283	92	375	361
São Miguel do Guaporé - 01a Vara	76	49	0	119	0	106	52	158	149
Sena Madureira - 01a Vara	421	1	0	123	0	1122	0	1122	1142
Vilhena - 01a Vara	493	99	0	477	0	847	387	1234	1196

Extraído do sistema e-Gestão em 08/05/2018

Prazo Médio na Fase de Execução

O prazo médio do início da execução até a sua extinção, no ano de 2017, no Tribunal foi, em média, 793 dias.

Na sequência, são apresentados os prazos médios na Fase de Execução por vara do trabalho.

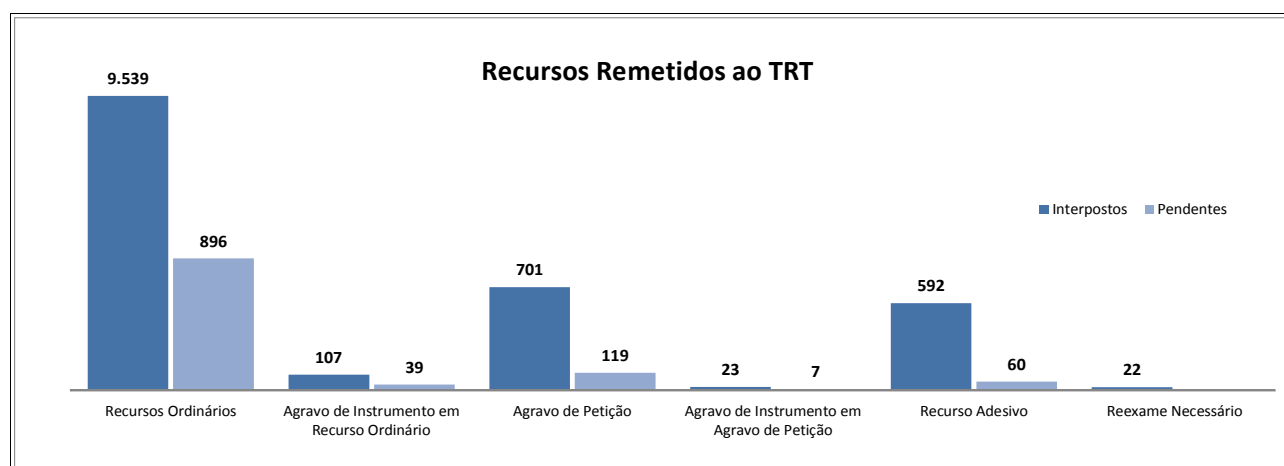


Extraído do sistema e-Gestão em 23/05/2018

Houve uma redução de 140,78 dias no prazo médio do início da execução até a sua extinção em relação ao ano anterior, quando o prazo médio obtido em 2016 foi de 933,78 dias.

Recursos Remetidos ao TRT

De janeiro a dezembro de 2017, foram interpostos 10.984 recursos ao 2º Grau de Jurisdição. Desse total, em 31/12/17, encontravam-se pendentes de admissibilidade/remessa 1.121.



Extraído do sistema e-Gestão em 16/05/2018

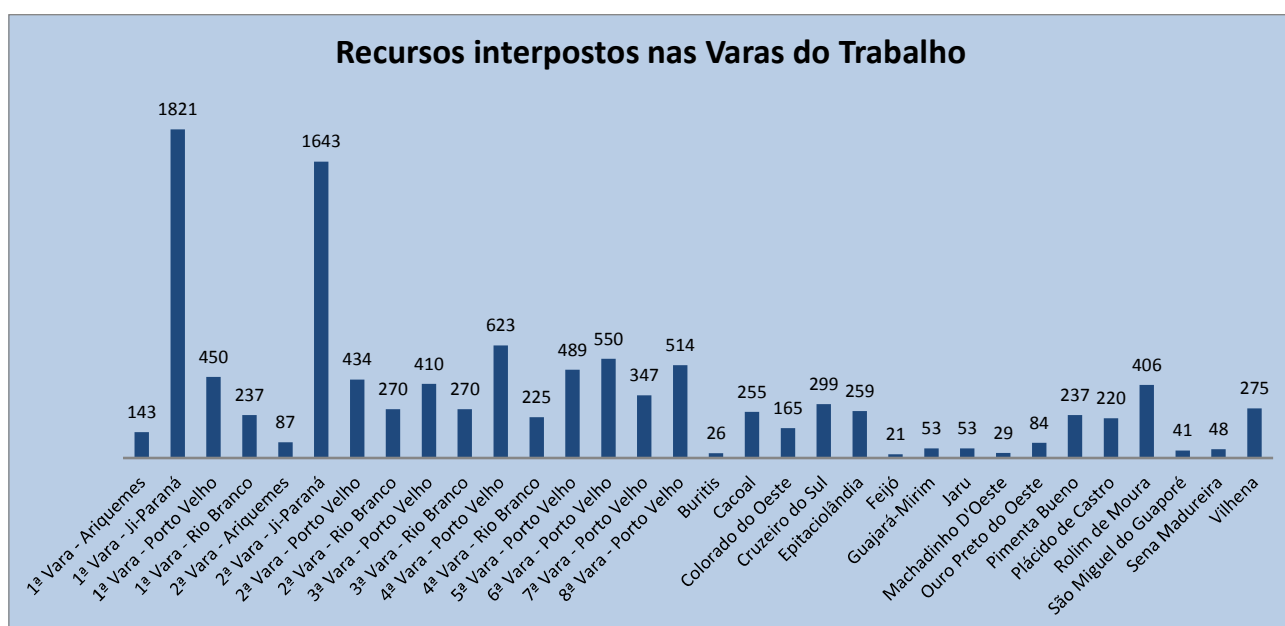
O quadro abaixo apresenta o quantitativo de recursos interpostos por mês no ano de 2017, destacando-se o aumento do recebimento de recursos nos meses de agosto e dezembro de 2017.



Extraído do sistema e-Gestão em 16/05/2018

Entre as 10 varas do trabalho que mais tiveram, em 2017, recursos interpostos, destacam-se as de Ji-Paraná.

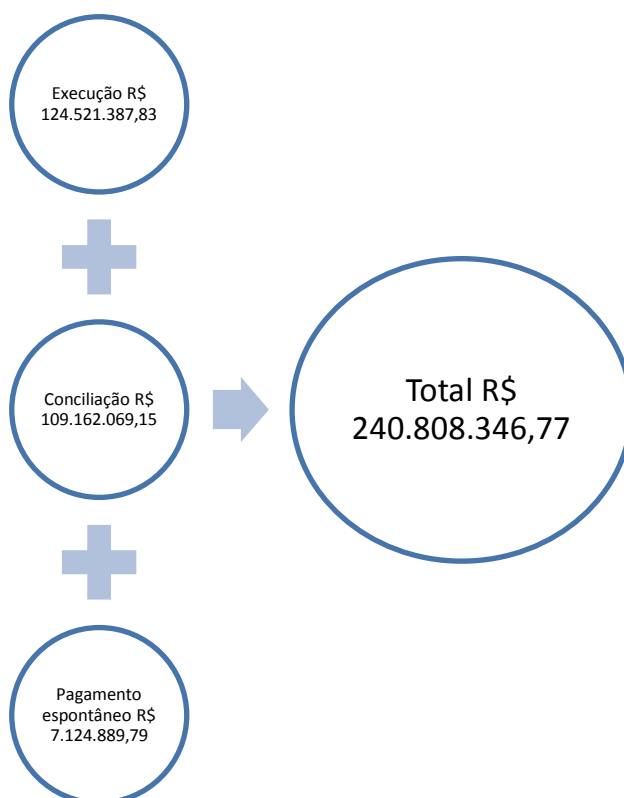
A grande quantidade de recursos interpostos na 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Ji-Paraná está diretamente relacionada ao número de casos novos recebidos por elas no ano, respectivamente, 2.814 (1ª VT) e 2.970 (2ª VT), e à quantidade total de processos por elas julgados, 5.792.



Extraído do sistema e-Gestão em 16/05/2018

Valores pagos aos Reclamantes

Durante todo o período de 2017, no âmbito do TRT 14ª Região, foram pagos aos reclamantes um total de R\$ 240.808.346,77 (duzentos e quarenta milhões, oitocentos e oito mil, trezentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos). Desse montante, 51,71% são decorrentes de execução trabalhista, 45,33% de conciliações e 2.96% de pagamentos espontâneos, o que mostra a eficácia de ações realizadas para diminuir o acervo de processos, especialmente de execução.

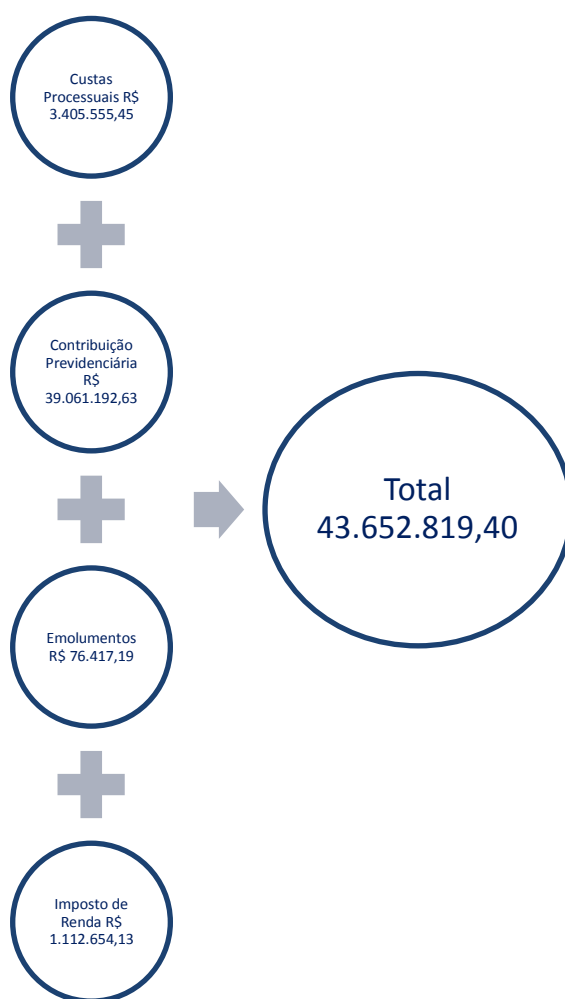


Extraído do sistema e-Gestão em 02/05/2018

Houve uma redução de 26,8% nos valores pagos aos reclamantes em relação ao ano anterior, porquanto em 2016 foram pagos R\$ 329.091.622 aos reclamantes.

Arrecadação

A arrecadação realizada pelas varas do trabalho totalizou R\$ 43.652.819,40 (quarenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e dezenove reais e quarenta centavos) entre custas processuais, contribuições previdenciárias, emolumentos e imposto de renda.



Extraído do sistema e-Gestão em 02/05/2018

Houve aumento de 48% na arrecadação em relação ao ano anterior, quando foram arrecadados R\$29.504.997,52, em 2016, em custas, emolumentos, contribuição previdenciária e Imposto de Renda pelas varas do trabalho.

Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho - IGest

O Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores: Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020 de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito, bem ainda impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais.

Os mesoindicadores são compostos por 13 indicadores construídos com base em 17 variáveis utilizando dados oficiais do Sistema e-Gestão dos últimos 12 (doze) meses anteriores à sua extração, referentes às varas do trabalho.

Ao refletir o desempenho de cada vara do trabalho, o Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho busca auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível, revelando-se, dessa forma, importante ferramenta de gestão.

São apresentados, na sequência, os Mesoindicadores por Colocação e os Mesoindicadores por Resultado.

Durante a 1ª Reunião Extraordinária do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecot), que ocorreu em fevereiro do presente ano, foi apresentado o resultado do Índice Nacional de Gestão de Desempenho da JT, no qual o TRT da 14ª Região, em 2017, figurou com 3 varas do trabalho (1ª VT de Ji-Paraná/RO, Colorado do Oeste/RO e Feijó/AC) entre as 50 com melhores desempenhos do Brasil no Índice Nacional, com destaques para a 1ª Vara do Trabalho de Ji-Paraná/RO, que ficou na 17ª colocação, a Vara do Trabalho de Colorado do Oeste em 49ª colocação e a Vara do Trabalho de Feijó em 50ª colocação, das 1567 varas trabalhistas do país avaliadas.

MESOINDICADORES POR COLOCAÇÃO – período de referência 1º/01/17 a 31/12/17

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jan/2014 a Dez/2016	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade e (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
11a - AM e RR -> Boa Vista - 02a Vara	1501 a 2000	16º	82º	49º	4º	7º	1º
08a - PA e AP -> Belém - 17a Vara	1501 a 2000	3º	1º	830º	1º	10º	2º
11a - AM e RR -> Humaitá - 01a Vara	0000 a 0500	84º	175º	7º	5º	150º	3º
18a - GO -> Anápolis - 02a Vara	1501 a 2000	76º	135º	852º	3º	1º	4º
11a - AM e RR -> Manaus - 11a Vara	2501 ou Mais	9º	7º	821º	2º	22º	5º
03a - MG -> Ubá - 01a Vara	2001 a 2500	11º	303º	20º	6º	280º	6º
08a - PA e AP -> Macapá - 05a Vara	2501 ou Mais	43º	109º	136º	17º	61º	7º
12a - SC -> São Bento do Sul - 01a Vara	1501 a 2000	114º	100º	84º	14º	83º	8º
08a - PA e AP -> Macapá - 06a Vara	2501 ou Mais	36º	18º	464º	12º	133º	9º
09a - PR -> Ponta Grossa - 03a Vara	1001 a 1500	180º	226º	79º	38º	11º	10º
11a - AM e RR -> Coari - 01a Vara	0501 a 0750	110º	1.034º	6º	9º	6º	11º
11a - AM e RR -> Manaus - 07a Vara	2501 ou Mais	48º	43º	538º	13º	74º	12º
18a - GO -> Rio Verde - 04a Vara	1501 a 2000	20º	4º	484º	25º	158º	13º
06a - PE -> Araripina - 01a Vara	1001 a 1500	168º	384º	76º	7º	60º	14º
11a - AM e RR -> Boa Vista - 03a Vara	1501 a 2000	83º	105º	131º	32º	104º	15º
08a - PA e AP -> Belém - 19a Vara	1501 a 2000	24º	31º	701º	18º	63º	16º
14a - RO e AC -> Ji-Paraná - 01a Vara	1001 a 1500	72º	17º	1.273º	33º	2º	17º
23a - MT -> Nova Mutum - 01a Vara	1501 a 2000	38º	9º	227º	88º	93º	18º
18a - GO -> Goiátuba - 01a Vara	2001 a 2500	107º	29º	603º	22º	26º	19º
08a - PA e AP -> Macapá - 07a Vara	2501 ou Mais	42º	113º	267º	30º	77º	20º
07a - CE -> Caucaia - 02a Vara	1001 a 1500	88º	28º	211º	93º	39º	21º
11a - AM e RR -> Boa Vista - 01a Vara	1501 a 2000	95º	67º	212º	54º	57º	22º
12a - SC -> Canoinhas - 01a Vara	1001 a 1500	172º	32º	127º	68º	89º	23º
12a - SC -> Chapecó - 03a Vara	1501 a 2000	81º	85º	117º	57º	188º	24º
18a - GO -> Ceres - 01a Vara	1001 a 1500	70º	13º	410º	90º	41º	25º
11a - AM e RR -> Manaus - 15a Vara	2501 ou Mais	47º	41º	818º	11º	129º	26º
15a - Campinas/SP -> Fernandópolis - 01a Vara	2501 ou Mais	342º	23º	198º	58º	37º	27º
18a - GO -> Itumbiara - 02a Vara	1501 a 2000	121º	84º	357º	44º	34º	28º
06a - PE -> Nazaré da Mata - 02a Vara	1501 a 2000	622º	2º	196º	31º	54º	29º
12a - SC -> Videira - 01a Vara	2001 a 2500	197º	14º	353º	112º	20º	30º
18a - GO -> Goiânia - 13a Vara	2001 a 2500	69º	15º	744º	62º	64º	31º
12a - SC -> Chapecó - 02a Vara	1501 a 2000	130º	219º	102º	122º	36º	32º
11a - AM e RR -> Manaus - 19a Vara	2501 ou Mais	128º	190º	442º	28º	66º	33º
03a - MG -> Alfenas - 02a Vara	1001 a 1500	31º	71º	632º	27º	219º	34º
03a - MG -> Caratinga - 01a Vara	0751 a 1000	14º	63º	302º	35º	569º	35º
24a - MS -> Mundo Novo - 01a Vara	0751 a 1000	71º	213º	101º	50º	382º	36º
03a - MG -> Passos - 02a Vara	2001 a 2500	63º	272º	219º	36º	156º	37º
12a - SC -> Mafra - 01a Vara	1501 a 2000	73º	157º	238º	79º	112º	38º
03a - MG -> Ituiutaba - 02a Vara	1501 a 2000	97º	289º	225º	34º	152º	39º
03a - MG -> Formiga - 01a Vara	1001 a 1500	67º	540º	51º	83º	166º	40º
06a - PE -> Petrolina - 01a Vara	1001 a 1500	145º	682º	736º	23º	3º	41º
18a - GO -> Goianésia - 01a Vara	2001 a 2500	120º	36º	256º	100º	322º	42º
12a - SC -> Brusque - 02a Vara	1001 a 1500	200º	156º	53º	149º	224º	43º
06a - PE -> Ribeirão - 02a Vara	1001 a 1500	111º	81º	10º	178º	852º	44º
08a - PA e AP -> Macapá - 08a Vara	2501 ou Mais	68º	131º	529º	71º	118º	45º
03a - MG -> Almenara - 01a Vara	0751 a 1000	105º	506º	85º	15º	634º	46º
07a - CE -> Maracanaú - 02a Vara	2001 a 2500	386º	16º	959º	64º	8º	47º
03a - MG -> Itabira - 02a Vara	1001 a 1500	337º	172º	323º	8º	293º	48º
14a - RO e AC -> Colorado do Oeste - 01a Vara	0000 a 0500	8º	6º	670º	49º	802º	49º
14a - RO e AC -> Feijó - 01a Vara	0501 a 0750	19º	26º	861º	59º	338º	50º

Extraído do sistema e-Gestão em 16/05/2018

Consolidação Estatística 2018 – ano-base 2017 – TRT 14ª Região

Já na avaliação do desempenho das 32 varas do trabalho no TRT da 14ª Região, destacaram-se a Vara do Trabalho de Colorado do Oeste/RO com a 1ª colocação, a Vara do Trabalho de São Miguel do Guaporé na 2ª colocação e a Vara do Trabalho de Buritis com a 3ª colocação

MESOINDICADORES POR RESULTADO – período de referência 1º/01/17 a 31/12/17

TRT14 - Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jan/2014 a Dez/2016	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
VT Colorado do Oeste	0000 a 0500	4º	1º	13º	3º	7º	1º
VT São Miguel do Guaporé	0000 a 0500	1º	25º	1º	2º	2º	2º
VT Buritis	0000 a 0500	2º	10º	12º	4º	3º	3º
VT Feijó	0501 a 0750	6º	4º	20º	5º	5º	4º
1VT Ji-Paraná	1001 a 1500	16º	2º	28º	1º	1º	5º
VT Machadinho D'Oeste	0000 a 0500	9º	3º	10º	8º	22º	6º
VT Jaru	0000 a 0500	15º	9º	4º	11º	11º	7º
7VT Porto Velho	1001 a 1500	13º	8º	19º	6º	4º	8º
VT Guajará-Mirim	0000 a 0500	3º	18º	16º	7º	8º	9º
VT Cruzeiro do Sul	0501 a 0750	5º	26º	2º	10º	10º	10º
VT Plácido de Castro	0000 a 0500	10º	15º	23º	9º	9º	11º
VT Pimenta Bueno	0751 a 1000	11º	23º	6º	14º	17º	12º
1VT Ariquemes	0751 a 1000	12º	11º	7º	15º	23º	13º
2VT Ariquemes	0751 a 1000	7º	5º	29º	16º	14º	14º
VT Rolim de Moura	1001 a 1500	17º	16º	8º	12º	6º	15º
VT Eptaciolândia	0000 a 0500	8º	7º	30º	13º	25º	16º
VT Vilhena	1001 a 1500	22º	20º	5º	19º	19º	17º
6VT Porto Velho	1001 a 1500	18º	24º	24º	17º	12º	18º
1VT Porto Velho	1001 a 1500	20º	29º	15º	20º	13º	19º
4VT Porto Velho	1001 a 1500	25º	21º	11º	18º	16º	20º
VT Ouro Preto do Oeste	0000 a 0500	14º	13º	18º	31º	28º	21º
2VT Rio Branco	1001 a 1500	23º	12º	17º	27º	27º	22º
3VT Porto Velho	1001 a 1500	24º	17º	26º	23º	21º	23º
5VT Porto Velho	1001 a 1500	19º	22º	27º	25º	24º	24º
3VT Rio Branco	1001 a 1500	21º	28º	9º	28º	30º	25º
2VT Ji-Paraná	1001 a 1500	29º	6º	31º	24º	15º	26º
2VT Porto Velho	1001 a 1500	27º	30º	25º	21º	18º	27º
8VT Porto Velho	1001 a 1500	30º	27º	22º	22º	20º	28º
4VT Rio Branco	1001 a 1500	28º	14º	21º	26º	29º	29º
VT Cacoal	2001 a 2500	31º	31º	3º	30º	26º	30º
VT Sena Madureira	0501 a 0750	26º	19º	32º	29º	32º	31º
1VT Rio Branco	1001 a 1500	32º	32º	14º	32º	31º	32º

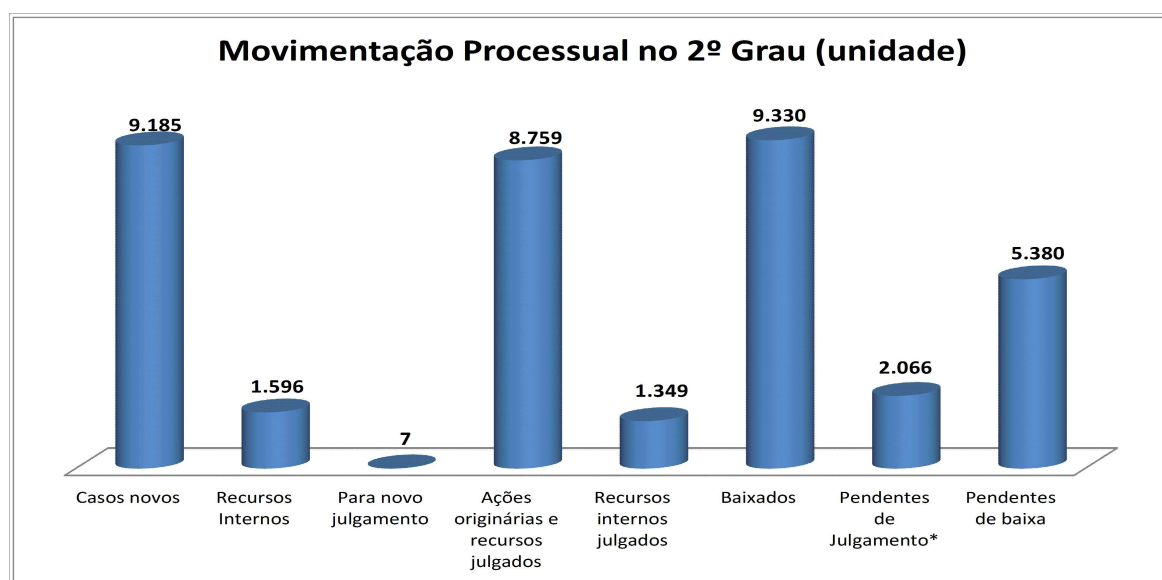
Extraído do sistema e-Gestão em 16/05/2018

Movimentação Processual no 2º Grau de Jurisdição

No ano de 2017, foram recebidos no 2º Grau de Jurisdição do TRT da 14ª Região 10.788 processos, sendo 9.185 casos novos, 1.596 recursos internos e 7 recebidos para novo julgamento.

Por sua vez, foram julgados 8.759 ações originárias e recursos e 1.349 recursos internos, restando 2.066 pendentes de julgamento, desses 1.778 ações originárias e recursos e 288 recursos internos, em 31/12/2017.

Foram baixados (arquivados ou remetidos à instância superior para apreciar recursos), ainda em 2017, um total de 9.330, restando pendentes de baixa 5.380 processos.



Extraído do sistema e-Gestão em 15/05/2018

*incluídos os recursos internos pendentes de julgamento

A quantidade de processos baixados no 2º grau obteve, em 2017, aumento de 46,63% em relação ao ano anterior, porquanto em 2016 foram baixados 6.363 processos.

O índice de atendimento à demanda (percentual de processos baixados em relação aos processos recebidos) alcançado pelo TRT da 14ª Região foi de 102%, reduzindo-se o estoque de processos pendentes de baixa em relação ao ano anterior, quando havia 5.848 processos pendentes em 31/12/2016.

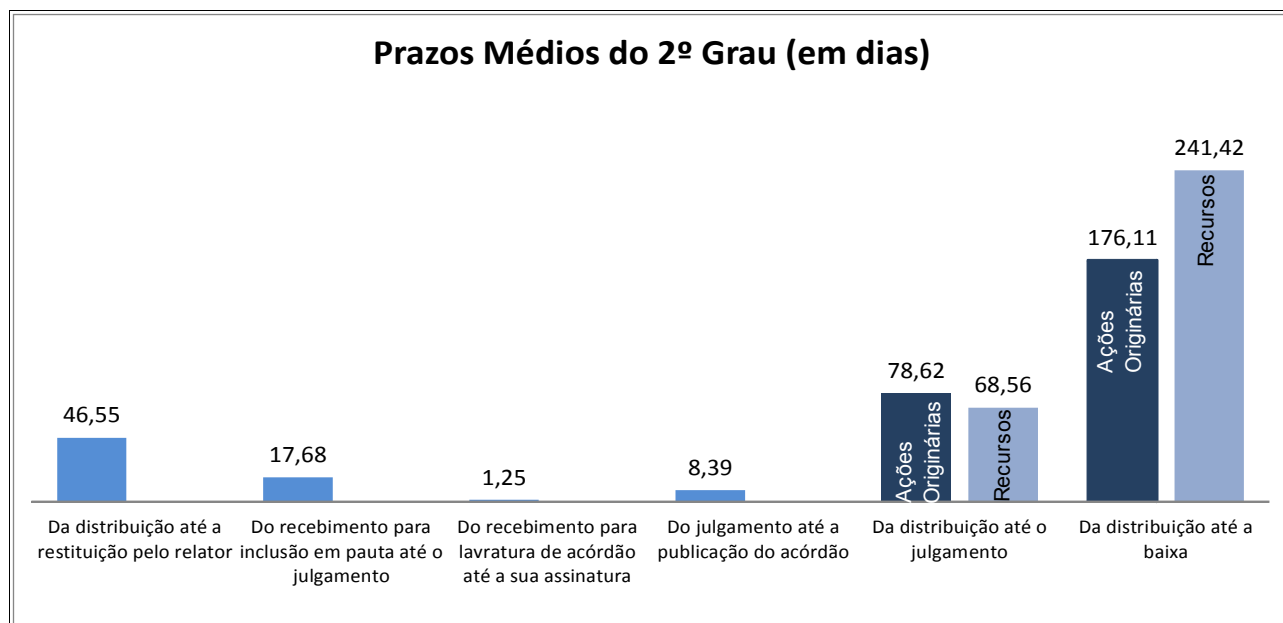
Conforme os dados disponibilizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST, apenas 4 Tribunais Regionais do Trabalho (TRT2, TRT13, TRT14 e TRT24) obtiveram índice

de atendimento à demanda superior a 100%, conforme o Relatório de ²Movimentação Processual dos TRTs.

Prazos Médios

Em 2017, o prazo médio da distribuição até o julgamento foi de 69 dias. O prazo médio, em 2017, da distribuição até a baixa foi de 238 dias.

No quadro abaixo, estão apresentados, de forma consolidada, os principais prazos do 2º Grau de Jurisdição.



Extraído do sistema e-Gestão em 15/05/2018

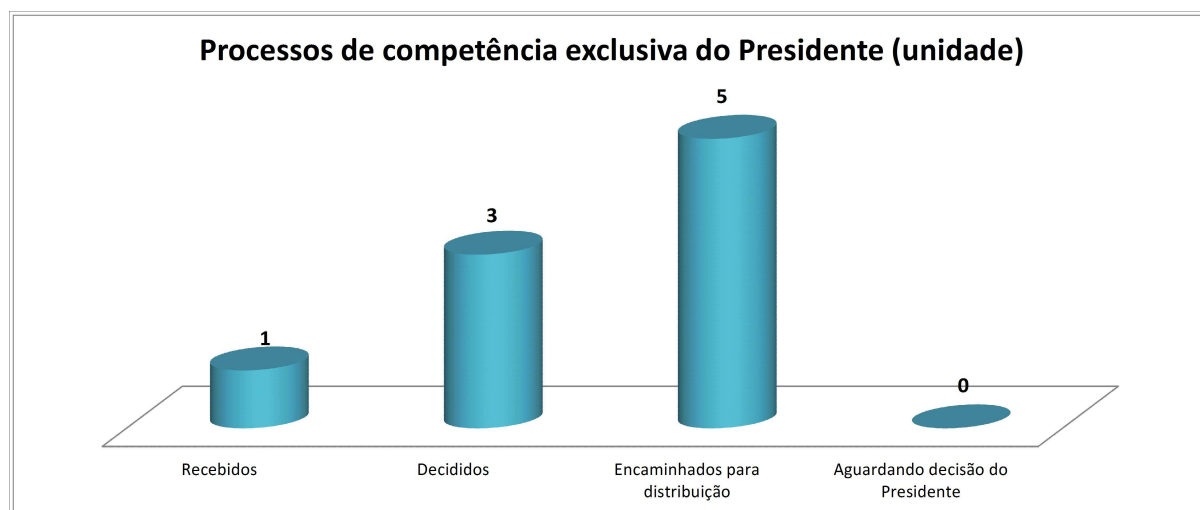
O prazo médio nacional da Justiça do Trabalho da distribuição até o julgamento, em 2017, foi de 145 dias.

No tocante ao prazo médio da distribuição até a baixa, a média nacional verificada para a Justiça do Trabalho foi de 254 dias.

2 <http://www.tst.jus.br/web/estatistica/trt/movimentacao-processual>

Processos de Competência Exclusiva do Presidente

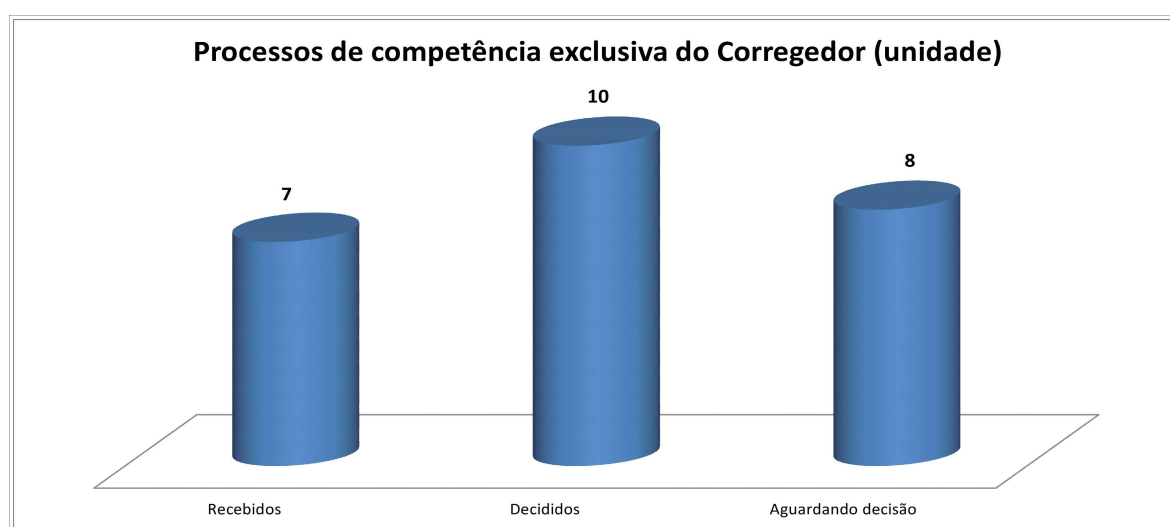
Na sequência, é apresentado o quantitativo dos processos de competência exclusiva do Presidente.



Extraído do sistema e-Gestão em 15/05/2018

Processos de Competência Exclusiva do Corregedor

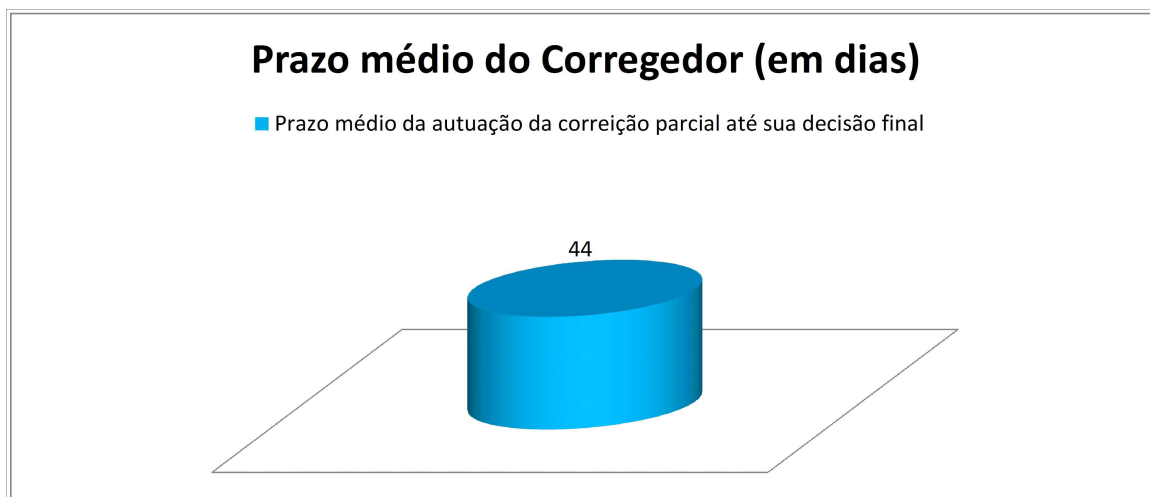
No quadro abaixo, demonstra-se o quantitativo dos processos de competência exclusiva do Corregedor.



Extraído do sistema e-Gestão em 15/05/2018

Prazo médio do Corregedor

O prazo médio da autuação da correição parcial até sua decisão final, em 2017, foi de 44 dias.

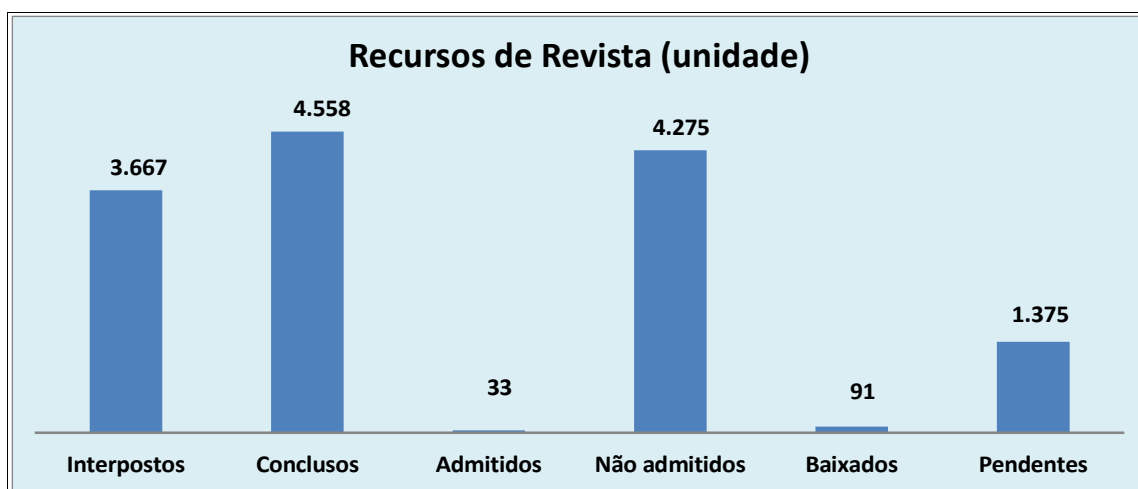


Extraído do sistema e-Gestão em 15/05/2018

Recorribilidade à Instância Superior

Recursos de Revista

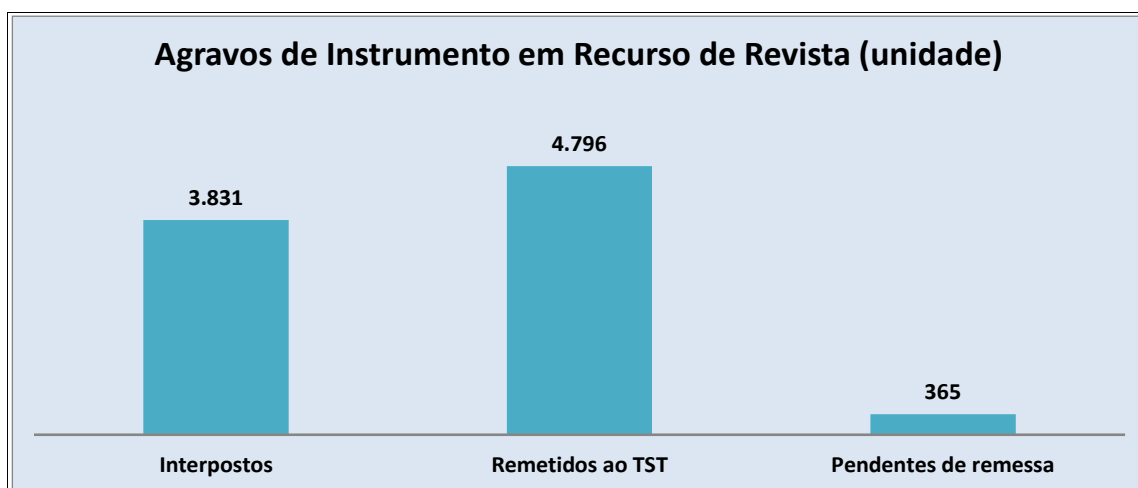
No ano de 2017, foram interpostos 3.667, conclusos 4.558, admitidos 33 Recursos de Revista e não admitidos 4.275.



Extraído do sistema e-Gestão em 16/05/2018

Agravos de Instrumento em Recurso de Revista

Foram interpostos, em 2017, 3.831 Agravos de Instrumento em Recurso de Revista e remetidos ao TST 4.796.



Extraído do sistema e-Gestão em 16/05/2018

Recursos Ordinários

No período de janeiro a dezembro de 2017, foram interpostos 148, conclusos 121 e recebidos 117 Recursos Ordinários.



Extraído do sistema e-Gestão em 16/05/2018

Agravos de Instrumento em Recurso Ordinário

Em 2017, não foram interpostos Agravos de Instrumento em Recurso Ordinário.

Arrecadação

A arrecadação realizada pelo 2º grau do TRT totalizou R\$ 548.119,23 (quinhentos e quarenta e oito mil, cento e dezenove reais e vinte e três centavos) entre custas processuais e emolumentos.



Extraído do sistema e-Gestão em 09/05/2018

Houve aumento de 237,82% na arrecadação de custas processuais no 2º grau em relação ao anterior, quando foram arrecadados R\$162.249,88 em custas, em 2016.

Precatórios

Em 2017, foram recebidos 467 precatórios e quitados 130, totalizando R\$ 16.114.200,94 (dezesseis milhões, cento e quatorze mil, duzentos reais e noventa e quatro centavos) de valores quitados.

TRT-UF	Data da última remessa	Quitados		
		Administração		Total
		Direta	Indireta	
		Qtd (A)	Qtd (B)	Qtd (A+B)
14a - RO e AC	27/2/2018	13.092.704,61	3.021.496,33	16.114.200,94
Total		R\$ 13.092.704,61	R\$ 3.021.496,33	R\$ 16.114.200,94

Extraído do sistema e-Gestão em 09/05/2018

Em 31/12/2017, estavam pendentes de quitação R\$ 1.000.604.077,62 (um bilhão, seiscentos e quatro mil, setenta e sete reais e sessenta e dois centavos) em precatórios da Administração Pública Direta e Indireta.

TRT-UF	Data da última remessa	Pendentes de Quitação em 31/12/17				
		Administração Direta		Administração Indireta		Total
		No prazo	Prazo vencido	No prazo	Prazo vencido	
		Qtd (A)	Qtd (B)	Qtd (C)	Qtd (D)	Qtd (A+B+C+D)
14a - RO e AC	27/2/2018	717.813.665,52	160.466.502,68	7.002.862,95	115.321.046,47	1.000.604.077,62
Total		R\$ 717.813.665,52	R\$ 160.466.502,68	R\$ 7.002.862,95	R\$ 115.321.046,47	R\$ 1.000.604.077,62

Extraído do sistema e-Gestão em 09/05/2018

Requisições de Pequeno Valor

No ano de 2017, foram quitadas 120 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 1.703.223,90 (um milhão, setecentos e três mil, duzentos e vinte e três reais e noventa centavos) de valores quitados.

TRT-UF	Data da última remessa	Quitados		
		Administração		Total
		Direta	Indireta	
		Qtd (A)	Qtd (B)	Qtd (A + B)
14a - RO e AC	27/2/2018	R\$ 900.111,51	R\$ 803.112,39	1.703.223,9
Total		R\$ 900.111,51	R\$ 803.112,39	R\$ 1.703.223,90

Extraído do sistema e-Gestão em 09/05/2018

Conforme pode ser verificado, no quadro a seguir, no dia 31/12/2017, não havia requisições de pequeno valor pendentes de quitação no âmbito do TRT 14ª Região.

RPV da União: Quitadas e Pendentes de Quitação			Quantidade
Quitadas	(A1) Administração direta		60
	(A2) Administração indireta		60
	Total (A)		120
Pendentes de Quitação	(B1) Administração direta	(B1.1) No prazo	0
		(B1.2) Prazo vencido	0
		Subtotal (B1)	0
	(B2) Administração indireta	(B2.1) No prazo	0
		(B2.2) Prazo vencido	0
		Subtotal (B2)	0
	Total (B)		0

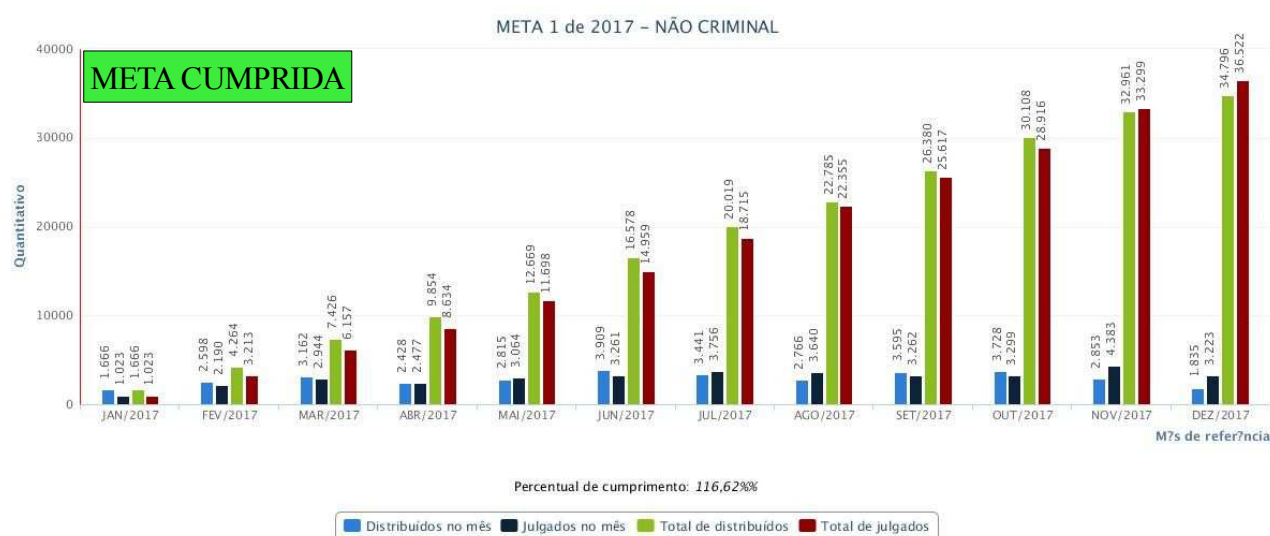
Extraído do sistema e-Gestão em 09/05/2018

Resultados das Metas do CNJ 2017

Apresenta-se o resultado do TRT da 14ª Região com relação às Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça no ano de 2017.

META 1 – JULGAR MAIS PROCESSOS QUE OS DISTRIBUÍDOS - Julgar o equivalente a 90% da quantidade de processos de conhecimento distribuídos no ano corrente, com redução proporcional, em cada tribunal, à redução do número de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO: 116,62%



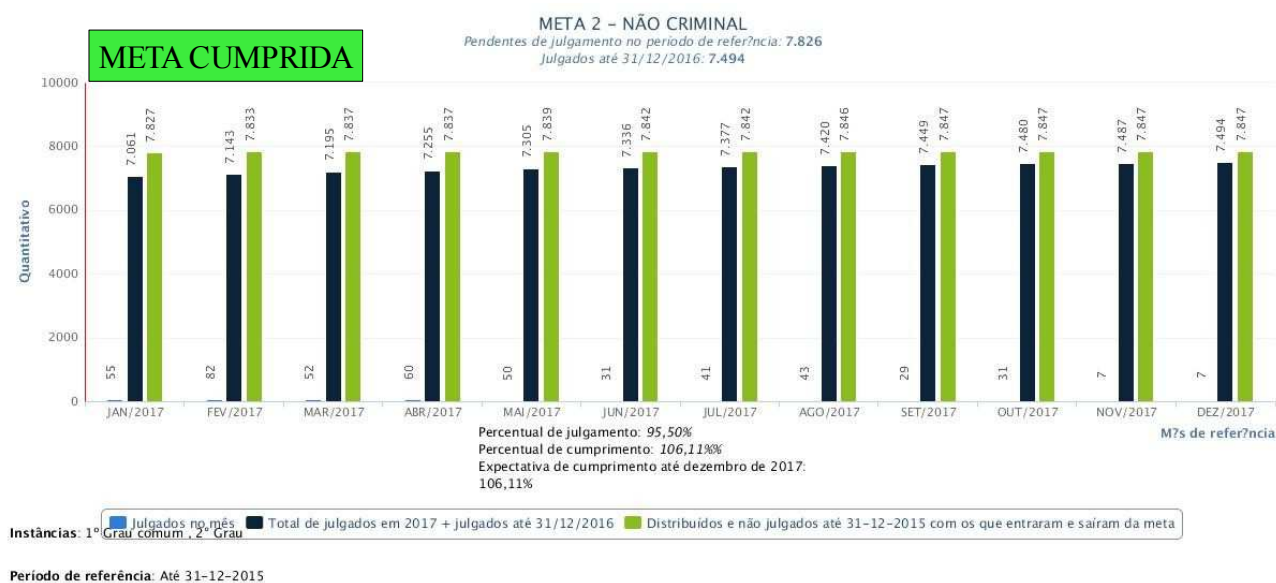
Instâncias: 1º Grau comum, 2º Grau

Período de referência: Em 2017

Relatório gerado às 9:12:15 do dia 18 de maio de 2018

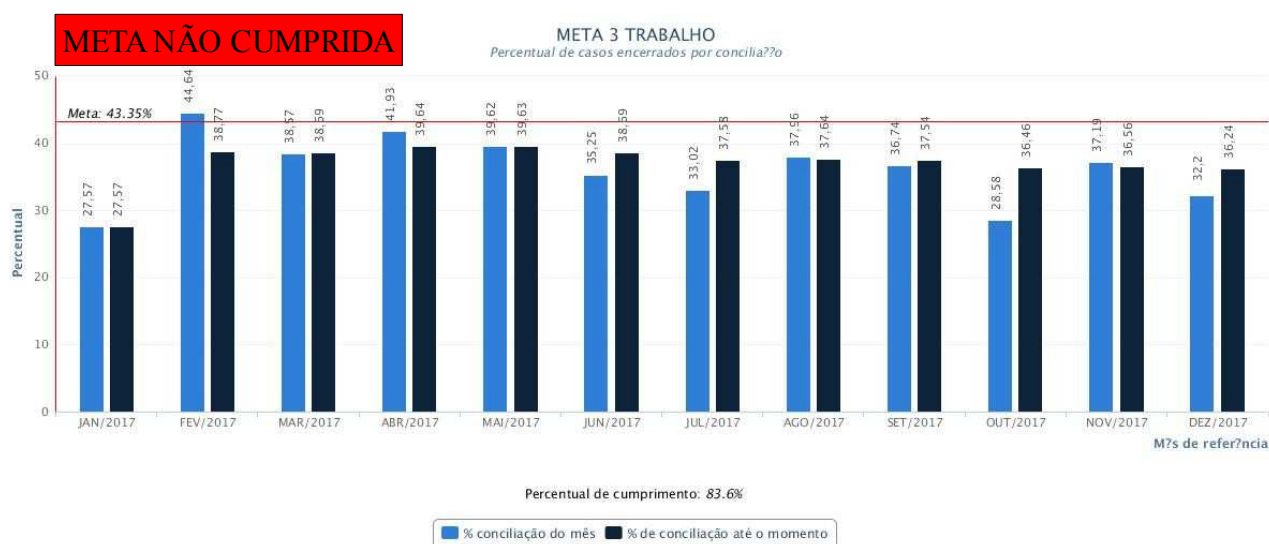
META 2 – JULGAR PROCESSOS MAIS ANTIGOS - 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 1º e no 2º graus.

PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO: 106,11%



META 3 – AUMENTAR OS CASOS SOLUCIONADOS POR CONCILIAÇÃO - Aumentar o índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 2 pontos percentuais, excluindo-se da base de cálculo os processos com desistência e arquivamento, e com fixação de cláusula de barreira de 54%.

PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO: 83,60%



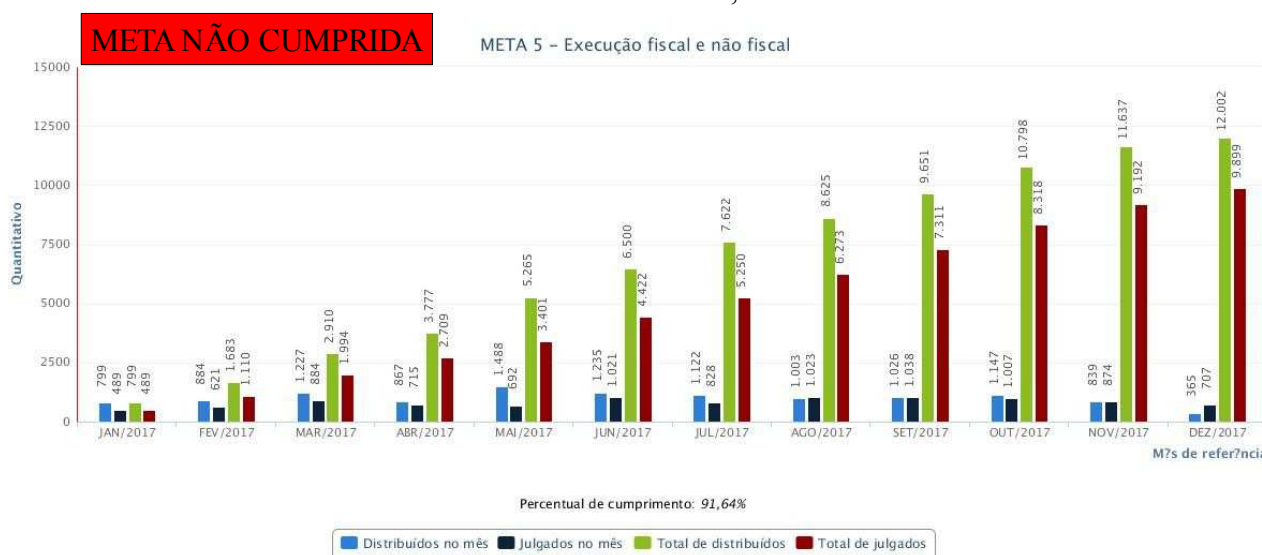
Instâncias: 1º Grau comum

Período de referência: Em 2017

Relatório gerado às 9:14:53 do dia 18 de maio de 2018

META 5 – IMPULSIONAR PROCESSOS À EXECUÇÃO - baixar 90% do total de casos novos de execução do ano corrente, com redução proporcional, em cada tribunal, à redução do número de juízes e de servidores cujos cargos não foram repostos.

PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO: 91,64%



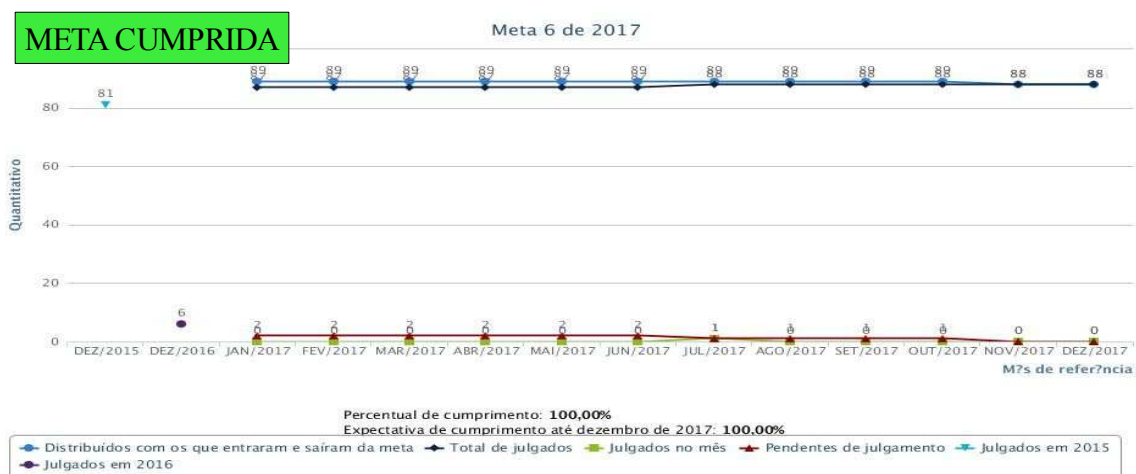
Instâncias: 1º Grau comum, 2º Grau

Período de referência: Em 2017

Relatório gerado às 9:15:58 do dia 18 de maio de 2018

META 6 – PRIORIZAR O JULGAMENTO DAS AÇÕES COLETIVAS - 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau e até 31/12/2015 no 2º grau.

PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO NO 1º GRAU: 100,00%



Inst?ncias: 1º Grau comum

Per?odo de refer?ncia: Até 31-12-2014

Relat?rio gerado ?s 9:16:47 do dia 18 de maio de 2018

PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO NO 2º GRAU: 100,00%



Inst?ncias: 2º Grau

Per?odo de refer?ncia: Até 31-12-2015

Relat?rio gerado ?s 9:18:31 do dia 18 de maio de 2018

META 7 – PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS DOS MAIORES LITIGANTES E DOS RECURSOS REPETITIVOS - identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO: 110,39%

META CUMPRIDA

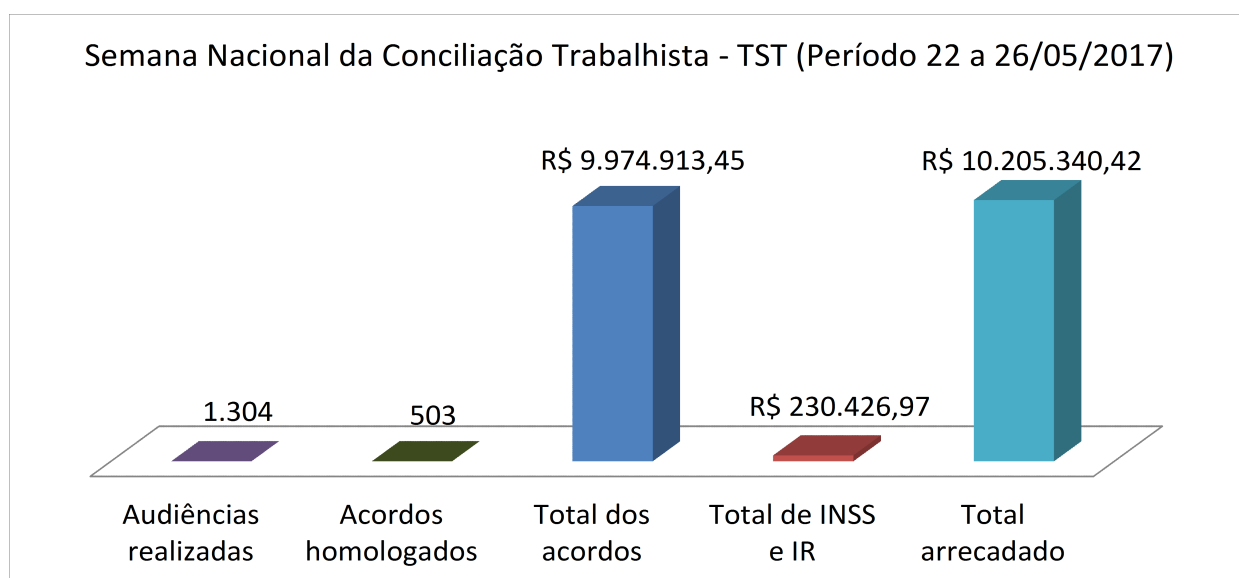
Quantitativo de processos julgados, em 2017, dos maiores litigantes: 6.464
Foram reduzidos mais que 2% do acervo do maiores litigantes.

Resultados das Semanas de Conciliação e de Execução 2017

Abaixo, estão relacionados os resultados das Semanas de Conciliação e da Semana de Execução Trabalhista realizadas em 2017 pelo TST e pelo CNJ.

Semana Nacional da Conciliação Trabalhista – TST

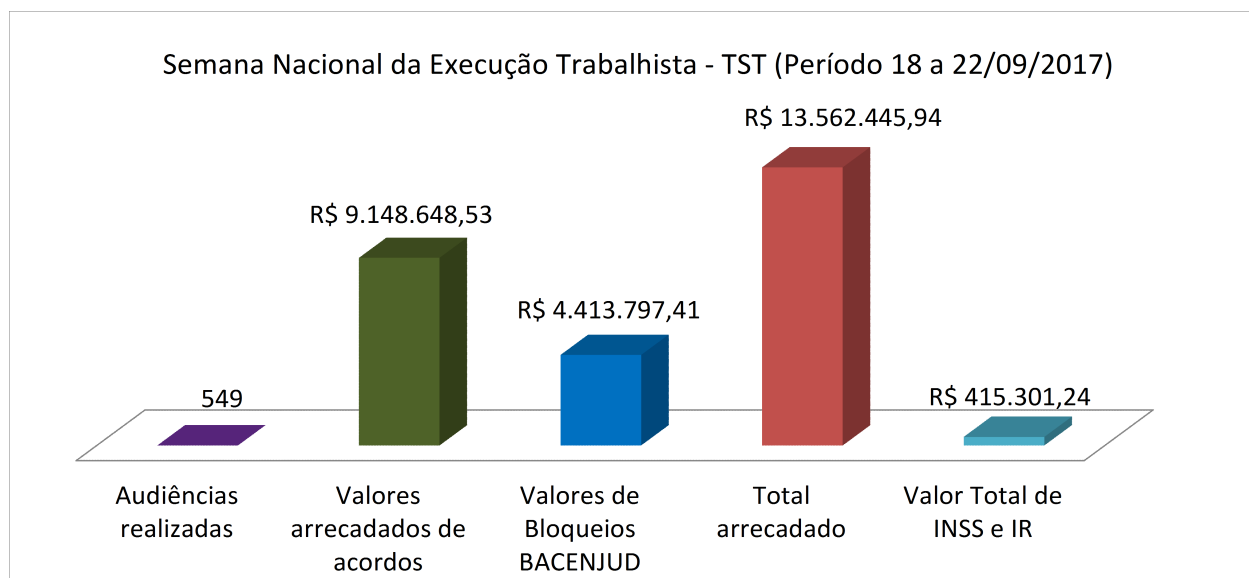
Durante a 3ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista realizada pelo TST, no período de 22 a 26/05/17, o TRT da 14ª Região homologou 503 acordos, arrecadou o valor total R\$ 10.205.340,42, valor inferior 33% em relação a 2016, do total arrecadado R\$ 9.974.913,45 foram de acordos e R\$ 230.426,97 de INSS e IR.



Extraído de <http://www.tst.jus.br/web/estatistica/jt/semana-conciliacao>

Semana Nacional da Execução Trabalhista – TST

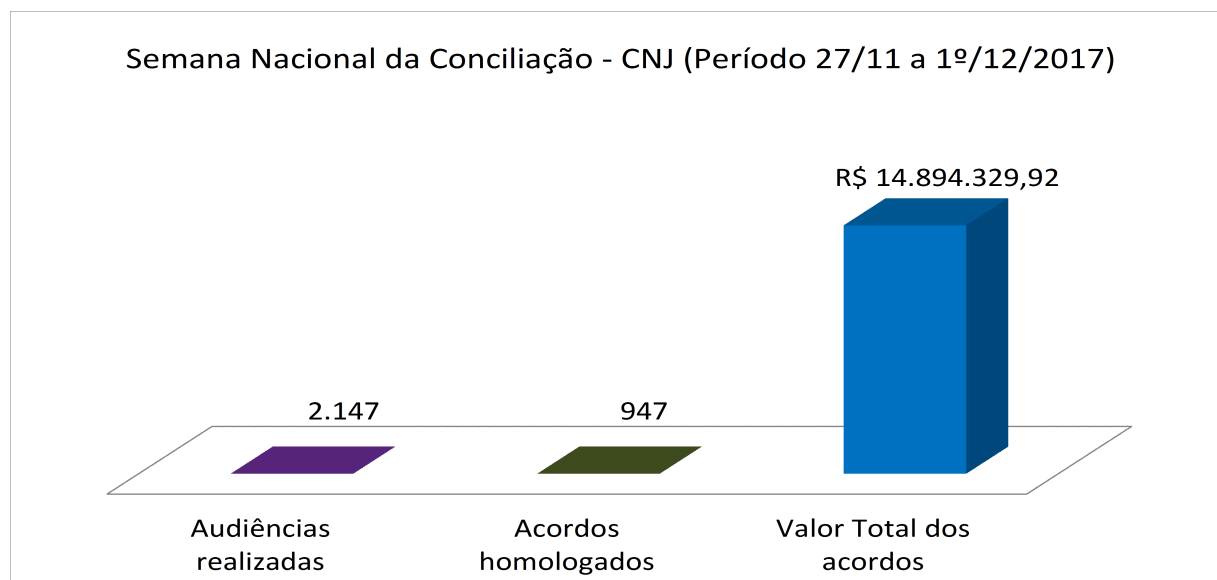
Durante a 7ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, que ocorreu no período de 18 a 22/09/17, pelo TST, este TRT realizou 549 audiências, arrecadou o valor total de R\$ 13.562.445,94, valor superior 40% em relação ao ano de 2016, do valor arrecadado R\$ 9.148.648,53 foram de acordos e R\$ 4.413.797,41 de bloqueios realizados por meio do sistema BACENJUD, arrecadou ainda o valor de R\$ 415.301,24 de INSS e IR.



Extraído de <http://www.tst.jus.br/web/execucao-trabalhista/resultados>

Semana Nacional da Conciliação – CNJ

O CNJ realizou, no período de 27/11 a 1º/12/17, a XII Semana Nacional de Conciliação, na qual este TRT da 14ª Região homologou 947 acordos, 188% a mais em relação ao ano anterior, e arrecadou o valor total de R\$ 14.894.329,92; R\$ 10.335.638,29 superior a 2016.



Extraído de <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao/semana-nacional-de-conciliacao/resultados>

Prêmio Conciliar é Legal – CNJ

O TRT da 14ª Região, no ano de 2017, foi agraciado pelo CNJ, durante a 8ª edição do Prêmio Conciliar é Legal, pelo maior índice de acordos na Justiça do Trabalho durante a XII Semana Nacional de Conciliação, prêmio por meio do qual o Conselho busca identificar, premiar, disseminar e estimular a realização de ações de modernização no âmbito do Poder Judiciário que estejam contribuindo para a aproximação das partes, a efetiva pacificação e, consequentemente, o aprimoramento da Justiça.

Prêmio Conciliar é Legal reconhece as práticas de sucesso, estimula a criatividade e dissemina a cultura dos métodos consensuais de resolução dos conflitos.



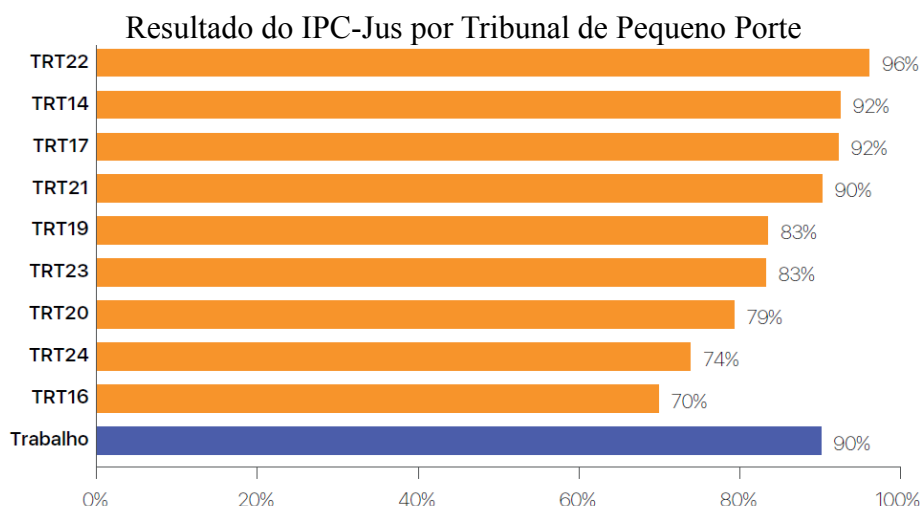
Justiça em Números 2017 – ano-base 2016

Índice de Produtividade Comparada da Justiça - IPC-Jus

O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) é um indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário - SIESPJ em uma única medida, de modo a refletir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais.

O IPC-Jus é calculado a partir de parâmetros de produtividade definidos com base em informações dos próprios tribunais, considerando o fluxo de entrada – número de processos que ingressaram, recursos humanos e financeiros disponíveis, servidores e despesas –, e o fluxo de saída, ou seja, os processos baixados. Dessa forma, os tribunais que mais baixam processos em relação aos seus insumos são os que mais se destacam no IPC-Jus.

No ano de 2017, o IPC-Jus do TRT da 14ª Região foi de 92%, segundo melhor em relação aos Tribunais de Pequeno Porte no segmento Justiça do Trabalho.



Extraído de <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-justica-em-numeros>

Selo Justiça em Números

O Selo Justiça em Números visa ao reconhecimento dos Tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais.

Além do requisito básico de encaminhamento adequado das informações constantes no SIESPJ, com atenção aos prazos de preenchimento e à consistência dos dados, também serão avaliados outros itens, tais como: nível de informatização do Tribunal, uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação.



No ano de 2017, durante o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, o TRT da 14ª Região foi agraciado com o Selo Justiça em Números na categoria Ouro, com 494.25 pontos na avaliação dos quesitos que compõem tal prêmio.

A partir deste ano, o CNJ utilizará como um dos parâmetros para concessão do prêmio o resultado do IPC-JUS, com reconhecimento dos tribunais que apresentarem maior eficiência, proporção de processos baixados em relação aos insumos disponíveis.



Tribunal Regional do
Trabalho da 14ª Região
Rondônia e Acre